

Por 6 votos a 3, STF decide sobre descriminalização da maconha

Geral

Pág.06

Após nove anos de sucessivas interrupções, por 6 votos a 3, o Supremo Tribunal Federal (STF) finalizou, na última quarta-feira (26) o julgamento que descriminalizou o porte de maconha para uso pessoal e fixou a quantia de 40 gramas para diferenciar usuários de traficantes. Com a de-

cisão, não comete infração penal quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo até 40 gramas de maconha para consumo pessoal. A decisão deverá ser aplicada em todo o país após a publicação da ata do julgamento, que deve ocorrer nos próximos dias.

(Foto: Nelson Jr./SCSTF/Divulgação)



A Corte deve decidir qual quantidade de maconha para uso pessoal será considerada aceitável.

Esportes

Pág.08

Mercado da bola: Palmeiras fecha com ex-promessa do Internacional, Maurício

Leis e Projetos

Pág.02

Acordo histórico: Brasil sediará Corte Permanente de Arbitragem após decisão da Câmara

Política

Pág.03

Justiça coloca sete no banco dos réus pelo assassinato de Bruno e Dom

Sete homens que teriam ajudado a destruir e ocultar os corpos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, mortos a tiros, esquartejados, queimados e enterrados na região do Vale do Javari, no Amazonas, em

de junho de 2022, no governo Bolsonaro, num crime com suposta conotação política, tornaram-se réus na Justiça Federal. Entre eles, estão Amarildo da Costa Oliveira e Jefferson da Silva Lima, apontados como os assassinos.

(Foto: Tânia Régio/Agência Brasil)

Economia

Pág.04

Indústria de alimentos concentra 22,8% do total de empregos do setor

Responsável por 22,8% do total de 8,3 milhões de pessoas empregadas pelo setor em 2022, a indústria de alimentos é a que mais emprega no Brasil, conforme da-

dos divulgados ontem, 27, pelo IBGE. Em 2º lugar, o setor industrial que mais emprega é o de confecção de artigos do vestuário e acessórios, com 7%.

Tecnologia

Pág.11

Conheça as principais ferramentas de inteligência artificial que impulsionam as fintechs

Esportes

Pág.08

Dirigente do Cuiabá detona arbitragem e desafia Confederação Brasileira de Futebol

BOTOX, PEELING E PREENCHIMENTO

PROFISSIONAIS QUE PODEM FAZER PROCEDIMENTOS

► Médico dermatologista

► Dentista

► Enfermeiro

► Biomédico

► Farmacêutico

QUEM PODE FAZER O QUÊ?

	Botox	Preenchimento	Harmonização	Peeling de fenol
Dermatologista	✓	✓	✓	✓
Enfermeiro	✓	✓	✓	✗
Biomédico	✓	✓	✓	✓
Odontologista	✓	✓	✓	✗
Farmacêutico	✓	✓	✓	✓
Esteticista	✗	✗	✗	✗

O QUE FAZER PARA SE PROTEGER NA HORA DE ESCOLHER O PROFISSIONAL?

► Como as regras não são claras, é preciso cuidado redobrado

► O número de seguidores e qualidade das imagens não devem ser critério de escolha

► Peça o registro profissional de quem vai realizar o procedimento

► Cheque se a licença na vigilância sanitária doprofissional está em dia

FONTE | CFM, CFE, CFO, CFF, Conselho Federal de Biomedicina, Anvisa

© INFOGRAFIA

Geral

Pág.06

PF faz busca e apreensão contra ex-executivos da Americanas

Justiça bloqueou R\$ 500 milhões em bens e valores dos ex-diretores

As investigações apontam que os ex-diretores promoveram fraudes contábeis.

A PF cumpriu dois mandados de prisão preventiva e 15 de busca e apreensão nas residências de ex-diretores da Americanas, no Rio, durante a Operação Disclosure, deflagrada ontem, 27, contra ex-executivos da rede varejista, incluindo o ex-CEO Miguel Gutier-

rez. As investigações apontam que os ex-diretores promoveram fraudes contábeis através de operações de risco sacado, o que possibilitou à empresa antecipar pagamentos a fornecedores mediante empréstimos bancários. Por ordem da Justiça Federal, foi determinado

o bloqueio de bens e valores dos ex-diretores que ultrapassam R\$ 500 milhões. O MP informou que há evidências da ocorrência de crimes como manipulação de mercado, uso de informação privilegiada, formação de associação criminosa e lavagem de dinheiro.

Política

Pág.03

Ex-ministro Ricardo Salles faz apologia ao golpe frustrado na Bolívia

O ex-ministro do governo Bolsonaro Ricardo Salles (PL-SP), hoje deputado federal, elogiou a tentativa de golpe de Estado na Bolívia,

ocorrida na quarta-feira, 26, em seu perfil no X (ex-Twitter). A publicação foi vista como uma apologia à insurreição militar frustrada. Em

resposta, o deputado federal Glauber Braga (Psol-RJ) afirmou que vai protocolar um pedido de cassação de Salles

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

INTERNACIONAL

Quem é Juan José Zuñiga, militar por trás da tentativa de golpe na Bolívia

<https://shre.ink/DuPL>

Contexto Jurídico

Pág.10

Decisão histórica do STF: agora é oficial, 40 gramas de maconha definem quem é usuário e quem é traficante

Internacional

Pág.05

Zuñiga, que liderou tentativa de golpe militar na Bolívia, é preso

Economia

Pág.04

IGP-M recua para alta de 0,81% em junho e acumula 2,45% em 12M

Internacional

Pág.05

Governo da Bolívia nega que tenha forjado golpe

Política

Pág.03

Pesquisa Quaest mostra Datena em empate técnico com Nunes e Boulos

Esportes

Pág.08

Gasly e Stroll renovam votos: pilotos garantem permanência na Fórmula 1

Economia

Pág.04

Confiança de serviços volta a cair e reflete desaquecimento

Internacional

Pág.05

Zelenski anuncia acordo de segurança da Ucrânia com União Europeia

Lançamentos

Pág.13

Feira do Livro volta ao Pacaembu com novidades: Mais dias para aproveitar e mais palcos para conferir

INDICADORES FINANCEIROS	
Salário Mínimo	R\$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,46%
IGP-M (FGV) - mês	0,89%
IPC (FIPE) - mês	0,09%
TR pré	0,0906%
Taxa básica financeira - TBF	0,8012%
Ibovespa (pontos)	124.307
Poupança (mês)	0,59%
CDB pré 30 dias - ano	10,09%
CDB pré 90 dias - ano	10,13%
CDI acumulado - mês	0,75%
CDI anualizado	10,40%
Dólar comercial	R\$ 5,5070/R\$ 5,5080
Dolar turismo	R\$ 5,5520/R\$ 5,7320
Euro turismo	R\$ 5,8950/R\$ 5,8950

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias. AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publlegal.diariodenoticias.com.br/>

LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Câmara aprova projeto que reconhece Campinas como capital nacional da ciência, tecnologia e inovação

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3680/23, conferindo a Campinas (SP) o título de capital nacional da ciência, tecnologia e inovação. Essa é uma conquista significativa para a cidade e para todo o cenário tecnológico brasileiro!

Campinas realmente se destaca como um importante polo de inovação no país. Com seu ecossistema robusto, que inclui indústrias de base tecnológica, centros de pesquisa, universidades e parques tecnológicos, a cidade tem contribuído significativamente para o avanço científico e tecnológico.

A reportagem da DataCenter-

Dynamics, que aponta Campinas como o maior polo da América Latina no setor de tecnologia, é um reconhecimento importante. Além disso, a presença de grandes empresas de tecnologia da informação e os centros de pesquisa em inovação reforçam a relevância da cidade nesse cenário.

E não podemos esquecer do acelerador de partículas Sirius! Essa infraestrutura é fundamental para investigar a estrutura atômica de substâncias, abrindo caminho para o desenvolvimento de novos materiais, medicamentos e compostos de nanotecnologia. Campinas está, de fato, no mapa da inovação e pesquisa científica.

Comissão aprova imunoterapia em protocolos clínicos de câncer

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2371/21, que inclui a imunoterapia nos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do câncer quando se mostrar superior ou mais segura que as opções tradicionais. Essa medida é de extrema importância para ampliar o acesso a essa modalidade terapêutica no Sistema Único de Saúde (SUS). A imunoterapia é uma

abordagem inovadora que utiliza o próprio sistema imunológico do paciente para combater as células cancerígenas. Embora tenha um custo mais elevado, sua eficácia pode resultar em economia a médio e longo prazo, devido ao aumento da sobrevida sem doença e à redução do risco de recidiva. A inclusão dessa opção no SUS representa um avanço significativo na oferta de tratamentos para pacientes oncológicos.

Projeto perdoa débitos fiscais de entidade protetora de animais

O Projeto de Lei 987/24, atualmente em análise na Câmara dos Deputados, propõe medidas importantes relacionadas à Sociedade União Internacional Protetora dos Animais (Suipa). Vamos explorar os detalhes dessa proposta:

Contexto e Objetivo

A Suipa é uma entidade de utilidade pública que atua na proteção e defesa dos animais. Com 80 anos de trabalho dedicado a essa causa, a Suipa enfrenta desafios financeiros, incluindo débitos relativos às contribuições previdenciárias.

O PL 987/24 visa conceder perdão e anistia desses débitos, permitindo que a Suipa continue a existir e a cumprir sua missão de preservar a vida de mais de 2 mil animais abrigados por ela.

Principais Pontos do Projeto

- Abrangência dos Débitos:
 - O projeto abrange débitos acumulados até a data da publicação da futura lei, independentemente de estarem inscritos ou não em dívida ativa.
 - Isso significa que a Suipa terá a oportunidade de regularizar

sua situação previdenciária, aliviando sua carga financeira.

2. Reconhecimento e Importância:

- O deputado Gutemberg Reis (MDB-RJ), autor da proposta, destaca a relevância da Suipa no cenário de proteção animal.
- A remissão dos débitos fiscais e multas é um reconhecimento aos anos de trabalho incansável da entidade em prol dos animais.

3. Preservação da Suipa:

- A anistia permitirá que a Suipa continue suas atividades, garantindo o cuidado e a proteção dos animais sob sua responsabilidade.

Próximos Passos

O PL 987/24 seguirá para análise nas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para se tornar lei, a proposta também precisa ser aprovada pelo Senado.

Essa iniciativa representa um passo importante para a manutenção e fortalecimento das ações em prol dos animais realizadas pela Suipa.

Câmara aprova acordo para abertura no Brasil de sede da Corte Permanente de Arbitragem

“A Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (26), o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 386/22, que estabelece a criação de uma sede da Corte Permanente de Arbitragem (CPA) no Brasil. O acordo será encaminhado ao Senado.

A CPA é uma organização intergovernamental com 120 Estados membros, fundada em 1899 para facilitar a resolução arbitral de disputas internacionais envolvendo instituições públicas e privadas.

O Ministério das Relações Exteriores justifica a necessidade de sedes adicionais fora da Holanda devido ao aumento no número de arbitragens realizadas pela organização nas últimas décadas. O Brasil já assinou tratados com países como África do Sul, Argentina, Chile, Costa Rica, Índia, Ilhas Maurício, Singapura e Vietnã.

De acordo com o acordo, o Brasil disponibilizará escritórios, salas de reunião e serviços administrativos à CPA, sem custos para a corte. Além disso, os funcionários (brasileiros



(Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Acordo foi aprovado na sessão do Plenário.

ou estrangeiros) e representantes das partes envolvidas terão imunidade em relação aos atos praticados durante os procedimentos da CPA. A liberdade de expressão e a inviolabilidade

de documentos também serão garantidas.

Para o pessoal estrangeiro, o acordo prevê os mesmos privilégios e imunidades concedidos ao pessoal diplomático, incluindo

o uso de códigos, expedição e recebimento de documentos por correio ou malas seladas, bem como facilidades relacionadas a regulamentações monetárias ou de câmbio.”

CCJ aprova representante da sociedade civil em comissão de tecnologias do SUS



Alfredo Gaspar, relator da proposta na CCJ.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que inclui, na composição da Comissão Nacional de Incorporação de

Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), um representante de organização da sociedade civil de caráter nacional constituída há mais de dois anos (PL 1241/23).

A Conitec assessora o Ministério da Saúde nas atribuições relativas à incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias em saúde pelo SUS, bem como na constituição ou

alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica.

A proposta, de autoria da deputada Rosângela Moro (União-SP), recebeu parecer favorável do relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL). Ele fez apenas algumas alterações técnicas no texto.

Por exemplo, o substitutivo que foi aprovado na comissão anterior modificava a Lei 12.401/11, que apenas inclui regras para assistência terapêutica e incorporação de tecnologia em saúde na Lei Orgânica de Saúde. O texto substitutivo de Alfredo Gaspar passou a modificar a própria Lei Orgânica de Saúde.

De acordo com o texto aprovado, o assento destinado ao representante de organização da sociedade civil de caráter nacional é de ocupação rotativa e será preenchido pela entidade cuja representatividade tenha relação com a condição de saúde analisada.

A proposta tramitou em caráter conclusivo e poderá seguir ao Senado, a menos que haja recurso para votação pelo Plenário da Câmara.

Câmara aprova PL que cria cadastro nacional de demitidos

A Câmara aprovou o Projeto de Lei 3287/12, criando o Cadastro Nacional de Servidores Demitidos (CNSD) no âmbito de todas as administrações públicas e poderes. Essa ferramenta visa reunir informações sobre impedimentos legais para o exercício de cargos ou funções públicas, proporcionando maior transparência e eficiência.

Para efeitos do cadastro, serão consideradas todas as pessoas físicas que exerçam legalmente funções ou cargos públicos, bem como aquelas contratadas para empregos públicos em órgãos e entidades da administração pública direta e indireta. O CNSD conterá informações relevantes sobre os servidores ou empregados públicos expulsos, incluindo identificação, dispositivos legais aplicados, data de demissão e outras informações pertinentes.

A atualização desse cadastro será responsabilidade dos órgãos e entidades de todas as esferas de poder e níveis de governo. A consulta ao CNSD será obrigatória antes da posse ou contratação de servidores ou empregados públicos. Além disso, após o cumprimento da penalidade, o registro no cadastro será excluído após oito anos.

blica direta e indireta. O CNSD conterá informações relevantes sobre os servidores ou empregados públicos expulsos, incluindo identificação, dispositivos legais aplicados, data de demissão e outras informações pertinentes.

A atualização desse cadastro será responsabilidade dos órgãos e entidades de todas as esferas de poder e níveis de governo. A consulta ao CNSD será obrigatória antes da posse ou contratação de servidores ou empregados públicos. Além disso, após o cumprimento da penalidade, o registro no cadastro será excluído após oito anos.

Comissão aprova projeto que amplia punição para crimes contra profissionais da área de segurança

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que traz importantes mudanças relacionadas aos crimes de homicídio e lesão corporal contra profissionais da segurança pública e agentes de segurança privada. Vamos explorar os principais pontos dessa proposta:

- Homicídio Funcional:
 - O projeto aumenta a pena máxima para homicídio contra militares das Forças Armadas e profissionais da área de segurança pública.
 - Além disso, cria o crime de “homicídio funcional”, aplicável a servidores efetivos que ocupem cargos de natureza policial, Força Nacional de Segurança Pública, peritos oficiais de natureza criminal, guardas municipais e agentes de segurança socioeducativos.
 - Esse crime se aplica quando o homicídio é cometido no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra cônjuge, companheiro, filho ou parente consanguíneo até terceiro grau desses profissionais.
- Segurança Privada:
 - O projeto também inclui o “homicídio contra agentes de segurança privada”.
 - Esse crime se aplica quando cometido contra integrantes



(Foto: Zea Ribeiro/Câmara dos Deputados)

Coronel Telhada recomendou a aprovação de um texto que reúne dois projetos

da segurança privada no exercício da atividade ou em decorrência dela, ou contra cônjuge, companheiro, filho ou parente consanguíneo até o terceiro grau desses agentes.

- A pena prevista é de 12 a 30 anos de reclusão.

- Crimes Hediondos:
 - O projeto altera a Lei dos Crimes Hediondos para incluir

a lesão corporal gravíssima e a lesão corporal seguida de morte como crimes hediondos.

- Essa classificação se aplica quando as vítimas são integrantes das mesmas categorias listadas nos crimes de “homicídio funcional” e “homicídio contra a segurança privada”.
- Atualmente, esses crimes de lesão corporal já são consi-

derados hediondos quando as vítimas são militares, profissionais da segurança pública, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública.

Essa proposta visa fortalecer a proteção dos profissionais que atuam na segurança e garantir penas mais rigorosas para crimes cometidos contra eles.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amayury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA

Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200

CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

ICP Brasil

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

FUNÇÃO VANTOUM
TIRAGEM
AUTENTICA
ANATEC



POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

Moraes cassa sentença que apontou ‘erro’ seu e manda CNJ investigar juiz que ‘desafiou’ STF

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, acolheu um pedido da Advocacia-Geral da União e cassou uma sentença da Justiça Federal do Paraná que apontou um “erro procedimental” de sua própria autoria. A decisão agora derrubada condenava a União a indenizar o ex-deputado estadual Homero Marchese (Novo) em R\$ 20 mil por “demora no desbloqueio” da conta do parlamentar no Instagram.

A avaliação de Moraes é que a decisão do juiz José Jácomo Gimenes, da 1ª Vara Federal de Maringá, desafiou a competência do STF e o “modo de condução” do inquérito das fake news. “É impensável afirmar que decisão proferida em âmbito de Juizado Especial possa julgar o modo de condução e a legitimidade de atos judiciais tomados em processo em regular trâmite neste Supremo Tribunal Federal”, afirmou o ministro.

Moraes mandou enterrar a ação de indenização por danos morais movida por Marchese e



A avaliação de Moraes é que a decisão do juiz José Jácomo Gimenes, da 1ª Vara Federal de Maringá, desafiou a competência do STF e o “modo de condução” do inquérito das fake news.

ainda determinou a remessa do caso para o corregedor nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão, para a adoção de “providências cabíveis” em relação ao

juiz José Jácomo Gimenes.

A sentença questionada pela AGU e agora derrubada por Moraes foi assinada em maio, como o Estadão noticiou, sob o argu-

mento de “erro procedimental” do ministro Alexandre de Moraes.

Os perfis de Marchese nas redes sociais foram bloqueados por Moraes em novembro de 2022.

Datena aparece empatado tecnicamente com Nunes e Boulos na disputa em SP, diz pesquisa Quaest

De acordo com a pesquisa Genial/Quaest divulgada ontem, 27, o apresentador de televisão José Luiz Datena (PSDB) está empatado tecnicamente com o atual prefeito Ricardo Nunes (MDB) e com o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) na disputa pela Prefeitura de São Paulo. Essa é a primeira vez que Datena, que tem 17% das intenções de voto, aparece dividindo a liderança com os dois candidatos que têm ponteadado todos os levantamentos até aqui.

Considerando a margem de erro da pesquisa, que é de três pontos porcentuais para mais ou para menos, Datena está empatado com Nunes, que tem 22%, e com Boulos, que tem 21%, na

pesquisa estimulada - quando o pesquisador apresenta os nomes para o participante. A Quaest realizou entrevistas presenciais com 1 002 eleitores paulistanos entre os dias 22 e 25 de junho e o índice de confiabilidade é de 95%. O levantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número SP-08653/2024.

Atrás de Nunes, Boulos e Datena, o coach Pablo Marçal (PRTB) aparece com 10% e a deputada Tabata Amaral (PSB) tem 6%. Também pontuam a economista Marina Helena (Novo) com 4% e o deputado federal Kim Kataguiri (União) com 3%. Os pré-candidatos João Pimenta (PCO) e Ricardo Senese (UP) possuem 1% cada.

‘Nunca tive nenhuma conversa com o Tarcísio sobre ser ministro de nada’, diz Campos Neto

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, negou ontem, 27, que tenha conversado com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), sobre a possibilidade de tornar-se ministro da Fazenda caso Tarcísio seja eleito à Presidência da República. “É importante dizer que eu nunca tive nenhuma conversa com o Tarcísio sobre ser ministro de nada”, afirmou, em uma entrevista coletiva para comentar o Relatório Trimestral de Inflação (RTI), em São Paulo.

Campos Neto participou de um jantar organizado por Tarcísio - cotado para enfrentar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2026 - em São Paulo. Depois,

foi criticado pelo mandatário, que o acusou de ter lado político.

O presidente do BC disse que é amigo de Tarcísio desde o governo anterior, quando o hoje governador paulista era ministro da Infraestrutura. “Continuamos conversando sobre economia, como converso com vários agentes e parlamentares, pessoas do governo. As nossas famílias são próximas, então a gente tem uma amizade grande”, comentou.

Campos Neto afirmou que, na percepção dele, Tarcísio “não será candidato agora” e negou ter sugerido que o governador de São Paulo não se candidate.

Ele também reforçou que não pretende candidatar-se a nada.

Padilha sobre PEC das Drogas: Governo insiste que prioridade deve ser agenda econômica e social

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse há pouco que o governo deve participar dos debates sobre a criminalização do uso de drogas, tema em curso no Congresso. Contudo, afirmou que o Executivo seguirá defendendo que o Parlamento deve se concentrar na agenda econômico-social.

“Esse é um debate que o Congresso está levando. Ministros devem se envolver nesse debate, o próprio presidente Lula já indicou qual a posição dele”, disse ao ser perguntado sobre a Proposta de Emenda à Constituição que considera crime o porte ou a posse de qualquer quantidade de qualquer droga.

Já aprovada pelo Senado e agora em discussão na Câmara, a PEC de autoria do presidente do

Senado, Rodrigo Pacheco, é uma reação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de descriminalizar o porte de maconha para usuários.

“O governo segue insistindo e defende que o Congresso se debruce sobre agenda econômico-social, que o centro da agenda sejam os projetos de lei de origem do governo e Congresso sobre os desafios econômicos do País”, disse Padilha, que citou como exemplos os trabalhos para a regulamentação da reforma tributária.

As declarações foram feitas em entrevista coletiva de imprensa após reunião da 3ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o chamado Conselho.

Bruno e Dom: Justiça aceita denúncia por ocultação de cadáver e corrupção de menores



A decisão torna réus Amarildo da Costa Oliveira e Jefferson da Silva Lima, apontados como assassinos, e outros cinco suspeitos

A Justiça Federal no Amazonas aceitou a denúncia do MPF e abriu uma ação penal contra sete homens que teriam ajudado a destruir e ocultar os corpos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips.

A decisão torna réus Amarildo da Costa Oliveira e Jefferson da Silva Lima, apontados como assassinos, e outros cinco

suspeitos. Eles vão responder por ocultação de cadáver e por terem convencido um menor de idade a ajudar a esconder os corpos.

A reportagem entrou em contato com a defesa de Amarildo da Costa e Jefferson da Silva, que ainda não se manifestou, e busca contato com os advogados dos demais réus.

A denúncia foi oferecida em abril, após os interrogatórios dos réus e de testemunhas.

O juiz Lincoln Rossi da Silva Viguini, da Vara Federal de Tabatinga, no Amazonas, considerou que há elementos suficientes para a abertura do processo criminal.

“Reputo demonstrada a plausibilidade das alegações

contidas na denúncia em face da circunstanciada exposição dos fatos e descrições das condutas de cada denunciado”, escreveu o magistrado em despacho no último dia 10.

Veja quem são os denunciados e os crimes imputados:

- Amarildo da Costa Oliveira, o “Pelado” - corrupção de menores;

- Jefferson da Silva Lima, o “Pelado da Dinha” - corrupção de menores;

- Francisco Conceição de Freitas, o “Seu Chico” - ocultação de cadáver;

- Eliclei Costa de Oliveira, o “Sirinha” - ocultação de cadáver e corrupção de menores;

- Amarílio de Freitas Oliveira, o “Dedei” - ocultação de cadáver e corrupção de menores;

- Otávio da Costa de Oliveira, o “Guerão” - ocultação de cadáver e corrupção de menores;

- Edivaldo da Costa de Oliveira - ocultação de cadáver e corrupção de menores.

Bruno e Dom desapareceram no dia 5 de junho de 2022, durante uma viagem na Amazônia. Os restos mortais só foram encontrados dez dias depois. Eles foram mortos a tiros, esquartejados, queimados e enterrados na região do Vale do Javari.

Salles elogia tentativa de golpe na Bolívia; deputado pede afastamento por quebra de decoro

O deputado federal Ricardo Salles (PL-SP) publicou um elogio à tentativa de golpe de Estado na Bolívia, na quarta-feira, 26. Em seu perfil no X (ex-Twitter), o ex-ministro de Jair Bolsonaro (PL) postou uma frase que seria referência à coragem dos militares ao tentar assumir o Poder no país vizinho: “En Bolívia las melancias tienen cojones”.

Na tradução literal seria: “na Bolívia, até as melancias têm culhões”. Na direita, costuma-se usar o termo melancia para se referir a militar que é simpatizante da esquerda seguido do comentário irônico de que o fardado é “verde por fora, mas vermelho por dentro”.

A publicação foi vista como uma apologia à insurreição militar frustrada. Em resposta, o deputado federal Glauber Braga (Psol-RJ) afirmou, na mesma rede social, que vai protocolar um pedido de cassação de Salles. “Até quando deputados golpistas não serão responsabilizados? O que fez o Sr Ricardo Salles foi apoiar um golpe na Bolívia e incentivar um golpe no Brasil! Que seja afastado cautelarmente!”, afirmou.

Na última quarta-feira, tanques do Exército boliviano cercaram a Praça Murillo, sede do governo local, por algumas horas



O deputado federal e relator da PEC das Drogas, Ricardo Salles, na CCJ da Câmara.

e tentaram invadir o prédio. Após horas de impasse, o chefe do Exército, Juan José Zúñiga, líder da intontona contra o presidente Luis Arce, foi preso e a cúpula militar do país, trocada.

Após a troca de comando nas Forças Armadas, os tanques e soldados que estavam cercando a sede do Executivo se desmobilizaram. O cerco não teve apoio nem da oposição de direi-

ta ao governo de Arce, nem da comunidade internacional. Aliados do presidente convocaram uma greve geral e o bloqueio de estradas em protestos aos militares.

Em seu perfil oficial no X, Glauber Braga pediu também que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), faça valer a nova regra da Casa que afasta cautelarmente deputados mal-

comportados. Segundo Braga, a comemoração de uma tentativa de ruptura institucional não pode passar impune.

“Eu vou apresentar uma representação, uma solicitação à mesa diretora da Câmara dos Deputados pelo afastamento cautelar do senhor Ricardo Salles. Ou quer dizer, agora, que o afastamento cautelar é só para os inimigos de Arthur Lira?”, questionou.

Zema recusa encontro com Lula em MG e mantém relação distanciada

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo) recusou convite para participar de evento com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Estado. A assessoria do governador informou ao Estadão que os convites foram feitos “em cima da hora” e, portanto, não foi possível alterar compromissos pré-marcados de Zema.

Lula embarca para a capital mineira, Belo Horizonte, na tarde de ontem, 27, e deve cumprir agenda em Contagem (MG) no mesmo dia, para anunciar investimentos do governo federal na região. Na sexta-feira, 28, Lula tem eventos marcados em Juiz de Fora e na capital, onde também participa de cerimônias sobre transferência de recursos federais.

Tanto Contagem como Juiz de Fora possuem prefeituras petistas - Marília Campos e Margarida Salomão - que devem concorrer à reeleição no pleito municipal de outubro. Segundo a legislação eleitoral, pré-candidatos não podem inaugurar obras públicas após 6 de julho, data que marca três meses antes do pleito.

Na segunda-feira, 24, Zema afirmou que não foi avisado pelo governo federal da viagem do presidente ao Estado. A assessoria do governador informou nesta quinta que os convites foram en-

viados na terça-feira para agenda em Contagem, e na quarta-feira para agenda de Belo Horizonte. O vice-governador, Professor Mateus Simões (Novo), representará o governo durante os eventos.

Simões, que tem sido escalado para representar o governador em eventos e que dividirá o palco com Lula, criticou o governo federal no início do mês, durante participação em evento do agronegócio, quando afirmou que o governo está “errando” com os produtores rurais de todos os estados, ao falar sobre a política econômica federal sobre as exportações. A informação é do jornal Correio Braziliense.

Um dos possíveis herdeiros do espólio político de Jair Bolsonaro (PL), Zema declara publicamente a vontade de se lançar candidato à Presidência em 2026, seja como cabeça de capa ou vice.

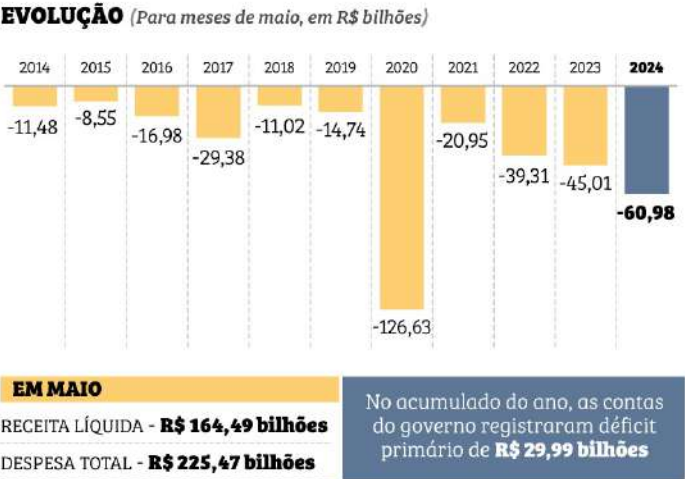
Em fevereiro, Lula e ele dividiram palanque em um evento em Belo Horizonte. Na ocasião, o presidente declarou que quer manter uma “relação civilizada” com Zema, mesmo que ele faça oposição a seu governo. “Eu nunca vou pedir para um governador ou prefeito gostar mais ou gostar menos de mim. O que eu quero é que a gente construa no país uma relação civilizada”, discursou Lula na ocasião.



ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL

CONTAS DO GOVERNO



IPC-M acelera a 0,46% no IGP-M de junho, ante 0,44% em maio, afirma FGV

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M) acelerou a 0,46% em junho, ante 0,44% em maio, dentro do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M). As informações são da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Quatro das oito classes de despesa componentes do índice registraram acréscimo em suas taxas de variação: Alimentação (0,51% para 0,96%), Vestuá-

rio (-0,58% para 0,42%), Habitação (0,29% para 0,38%) e Despesas Diversas (0,20% para 0,45%).

Por outro lado, registraram desaceleração os grupos Transportes (0,66% para 0,28%), Educação, Leitura e Recreação (0,13% para -0,23%), Comunicação (0,58% para 0,07%) e Saúde e Cuidados Pessoais (0,78% para 0,68%).

Chance de estouro do teto da meta de inflação em 2024 é de 28%, diz BC (19% em março)

O Banco Central (BC) aumentou a sua estimativa da chance de a inflação de 2024 estourar o teto da meta, de 4,5%, no cenário de referência. Conforme o Relatório Trimestral de Inflação (RTI) divulgado ontem, 27, a probabilidade passou para 28%. No último documento, de março, era estimada em 19%.

O cálculo tem como base a Selic variando conforme o relatório Focus e o câmbio atualizado com base na Paridade do Poder de Compra (PPC). Já a probabilidade de a inflação ficar abaixo do piso da meta em 2024, de 1,5%, passou de 4% para zero. O centro da meta deste ano é de 3%. Para 2025, a probabilidade de a inflação su-

perar o teto da meta passou de 17% para 21%. A chance de a taxa furar o piso foi revisada de 11% para 9%.

Já para 2026, a probabilidade de a inflação superar o teto seguiu em 17%, assim como a de furar o piso continuou em 11%.

A partir do ano que vem, a autoridade monetária começará a perseguir uma meta de inflação contínua, e não mais de anacalendário. Conforme o decreto que regulamenta o novo sistema, publicado nesta quarta-feira, 26, pelo governo, vai se considerar que a inflação ficou fora do alvo quando o IPCA acumulado em 12 meses superar o teto da meta por seis meses seguidos.

Piora na confiança de serviços reforça perda de fôlego do setor no 1º semestre, avalia FGV

A confiança dos empresários de serviços encerrou o segundo trimestre com uma redução de 0,9 ponto ante o patamar do primeiro trimestre de 2024, já descontando as influências sazonais. A piora reforça a perda de fôlego no setor ao longo do primeiro semestre do ano, segundo a FGV.

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) teve ligeira queda de 0,2 ponto na passagem de maio para junho, na série com ajuste sazonal, para 94,0 pontos, segundo recuo consecutivo. Em médias móveis trimestrais, o ICS diminuiu 0,6 ponto.

“O primeiro semestre se encerra com piora na confiança do setor de serviços. O resultado de junho reforça a percepção dos últimos meses de perda de

fôlego do setor, dessa vez com resultados piores na situação presente. Apesar do resultado disseminado de melhora nas expectativas, os empresários avaliam piora no nível da demanda, exceto no setor de serviços prestados às famílias. O segundo semestre ainda é incerto quanto ao futuro dos negócios, que, apesar da melhora dos índices de expectativas, se mantêm distante de um patamar de otimismo. O cenário macroeconômico agora é de interrupção no ciclo de queda da taxa de juros, enquanto os resultados positivos no emprego e na renda, podem ser fatores importantes para retomar a recuperação da confiança do setor”, avaliou Stéfano Pacini, economista da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Banco Central eleva estimativa do PIB para 2,03% neste ano

O Banco Central (BC) elevou a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, de 1,9% para 2,3%, segundo o relatório de inflação do segundo trimestre, divulgado ontem (27). No primeiro trimestre do ano, o PIB cresceu 0,8%, ritmo considerado “robusto e superior ao esperado” pelo BC.

O banco avaliou ainda que as enchentes no Rio Grande do Sul terão um impacto menor na atividade econômica do que o esperado.

Segundo o relatório, no cenário doméstico, a atividade econômica e o mercado de trabalho se mostraram aquecidos, o que contribuiu para a queda no desemprego e aumento nos

salários. “Esses fatores justificaram revisão para cima da projeção de crescimento do PIB em 2024, de 1,9% para 2,3%. As enchentes no Rio Grande do Sul causaram expressiva queda na atividade econômica gaúcha, mas já há sinais de recuperação”, disse o BC.

Cenário externo - Em relação ao cenário externo, a instituição avalia que ambiente se mantém adverso e segue exigindo cautela por parte dos países emergentes. O relatório aponta que permanecem elevadas as incertezas sobre a flexibilização da política monetária nos Estados Unidos e quanto à velocidade na queda da inflação de forma sustentada em diversos países.

IGP-M desacelera a 0,81% em junho, após alta de 0,89% em maio, revela FGV

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) desacelerou a 0,81% em junho, após alta de 0,89% em maio, informou ontem, 27, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com esse resultado, o índice acumula alta de 2,45% nos últimos 12 meses.

O resultado do IGP-M nesta leitura veio abaixo da mediana da pesquisa Projeções Broadcast, que indicava desaceleração do índice a 0,85%. As expectativas variavam de 0,64% a 0,97%.

O movimento desta leitura do IGP-M foi puxado pelo arrefecimento do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M), a 0,89%, após subir 1,06% em maio. Também houve avanço do Índice de Preços ao Consumidor (0,44% para 0,46%) e do Índice Nacional de Custos da Construção (0,59% para 0,93%).

IPAs - Os preços ao produtor industrial arrefeceram a 0,55% no IGP-M de junho, após alta de 1,40% em maio. Em sentido contrário, os preços agropecuários aceleraram de 0,11% para 1,84% na passagem de maio para junho.

Com isso, o Índice de



O movimento desta leitura do IGP-M foi puxado pelo arrefecimento do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M), a 0,89%, após subir 1,06% em maio.

Preços ao Produtor Amplo (IPA-M) como um todo desacelerou a 0,89% nesta leitura, após subir 1,06% em maio. Nas aberturas por estágios de processamento, os bens intermediários arrefeceram de 1,03% para 0,42%, puxados pela desaceleração de mate-

riais e componentes para manufatura (1,44% para 0,69%). As matérias-primas brutas desaceleraram a 1,25%, após alta de 2,15% em maio. Os bens finais, por outro lado, subiram 1,08% ante 0,06% em maio, sob influência dos alimentos in natura (-3,67% para 3,00%).

Influências - As maiores pressões para baixo sobre o IPA-M partiram de bovinos (0,43% para -2,60%), mandioca (1,37% para -5,19%), minério de ferro (8,18% para -0,84%), açúcar VHP (0,12% para -4,41%) e mamão (-3,23% para -18,99%).

Indústria de alimentos é a que mais emprega no Brasil, diz IBGE



O setor com o maior número de pessoas ocupadas na indústria brasileira é o de fabricação de alimentos. Ele é responsável por 22,8% do total de 8,3 milhões de pessoas empregadas na indústria nacional em 2022. Os dados foram divulgados ontem (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Esta-

tística (IBGE), na Pesquisa Industrial Anual (PIA) Empresa.

A indústria de confecção de artigos do vestuário e acessórios, com 7%, e a de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, com 5,9%, foram os outros segmentos com maior representatividade na quantidade de pessoas

ocupadas. Em 2022, o universo de empresas industriais com uma ou mais pessoas ocupadas totalizou 346,1 mil, abrangendo um total de 8,3 milhões de pessoas. Essas empresas geraram uma receita líquida de vendas de R\$ 6,7 trilhões e um valor de transformação industrial de R\$ 2,5 trilhões, dos quais

89,3% foram provenientes das Indústrias de transformação.

A PIA-Empresa registrou 8,3 milhões de pessoas empregadas em 2022, sendo a maior parte empregada nas Indústrias de transformação, 97,3% do total. Esse percentual permaneceu estável em relação a 2013, quando 97,5% da mão de obra estava alocada nas Indústrias de transformação e 2,5%, nas Indústrias extrativas.

Salário - Em 2022, o salário médio pago na indústria foi de 3,1 salários mínimos (s.m.), tendo se reduzido em 0,3 s.m. em relação a 2013.

Esse decréscimo foi reflexo do comportamento dos salários médios tanto nas Indústrias extrativas quanto nas Indústrias de transformação, que tiveram quedas, respectivamente, de 6,3 s.m. para 5,2 s.m. e de 3,3 s.m. para 3,0 s.m. no mesmo período.

Produto - O IBGE também divulgou a Pesquisa Industrial Anual - Produto (PIA-Produto). Em 2022, foram pesquisados cerca de 3.400 produtos e serviços industriais em aproximadamente 39,8 mil unidades locais industriais distribuídas por mais de 33,1 mil empresas.

Desastre ambiental no RS segue influenciando negativamente confiança do comércio, diz FGV

O desastre que aflige o Estado do Rio Grande do Sul permaneceu influenciando negativamente a confiança do empresário do comércio pelo segundo mês consecutivo, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Índice de Confiança do Comércio (Icom) recuou 1,2 ponto na passagem de maio para junho, para 90,3 pontos, a segunda queda consecutiva. Em médias móveis trimestrais, o indicador diminuiu 0,1 ponto, após seis altas seguidas.

“Em junho, a confiança do comércio recua pelo segundo mês consecutivo, apesar de em menor escala”, avaliou Geórgia Veloso, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Conforme a economista, apesar do pessimismo, houve redução nas reclamações sobre o volume de demanda atual, que no mês anterior foram mais expressivas e disseminadas, enquanto no mês atual, apenas três segmentos se mantiveram pessimistas no indicador.

“O desastre ambiental no Rio Grande do Sul segue in-

fluenciando as percepções das empresas, que apontam, acima do padrão histórico, os Fatores Climáticos como limitação à melhoria dos negócios da empresa. O cenário das expectativas reforça a incerteza sobre a retomada do setor, que ainda enfrenta desafios significativos devido aos elevados níveis de endividamento e de taxas de juros”, disse Geórgia Veloso.

Em junho, a queda na confiança ocorreu em dois dos seis principais segmentos do comércio. O Índice de Situação Atual (ISA-COM) encolheu 0,9 ponto, para 89,7 pontos.

O Índice de Expectativas (IE-COM) diminuiu 1,6 ponto, para 91,4 pontos, após três meses de avanços.

Entre os quesitos que compõem o IE-COM, o item que mede as perspectivas de vendas nos próximos três meses caiu 0,5 ponto, para 91,5 pontos, segundo recuo seguido, e as expectativas sobre a tendência dos negócios nos próximos seis meses encolheram 2,6 pontos, para 91,6 pontos, depois de três meses de aumentos.

Quinze das 24 atividades têm altas de preços no IPP de maio, mostra IBGE

A alta de 0,45% nos preços dos produtos industriais na porta de fábrica em maio foi decorrente de elevações em 15 das 24 atividades pesquisadas, segundo os dados do Índice de Preços ao Produtor (IPP), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mês de maio, os aumentos de preços mais acentuados ocorreram em máquinas, aparelhos e materiais elétricos (1,91%), alimentos (1,88%), vestuário (1,76%), farmacêutica (1,74%), papel e celulose (1,71%) e metalurgia (1,51%). Já a principal queda ocorreu em indústrias extrativas (-4,98%). A atividade ajudou a conter a inflação do mês em -0,25 ponto porcentual.

“Esse resultado para as indústrias extrativas tem a particularidade de os dois produtos de maior peso, óleo bruto de petróleo e minério de ferro, estarem com variação no mesmo sentido. Isso não ocorria, por um lado, desde fevereiro, quando os dois apresentaram variação positiva, e desde novembro de 2023, por outro, quando os dois apresentaram variação negativa”, explicou Alexandre Brandão, gerente de

análise e metodologia do IBGE, em nota oficial. O setor de alimentos exerceu a maior pressão sobre o índice nacional, contribuindo com 0,45 ponto porcentual para o IPP do mês. Houve contribuição relevantes também dos aumentos na metalurgia (0,09 ponto porcentual) e papel e celulose (0,06 ponto porcentual).

O avanço no setor de alimentos foi puxado, principalmente, por resíduos da extração de soja, leite e arroz. Já o açúcar teve uma queda mais acentuada de preço. “No caso de resíduos de soja, há uma demanda internacional forte, que se alia a uma depreciação do real que vem ocorrendo”, lembrou Brandão. Quanto ao leite, o clima adverso, com seca e calor, diminuiu a produção nas bacias leiteiras.

“Já no caso do arroz, a situação recente vivida pelo Rio Grande do Sul acarretou problemas de logística para que o produto saísse do estado, o que ocasionou esse efeito de alta nos preços”, analisou Brandão. “Por outro lado, a colheita da cana-de-açúcar explica a queda no preço do produto observada em maio”, completou.



INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

Zuñiga, que liderou tentativa de golpe militar na Bolívia, é preso

Depois de tentarem invadir o palácio presidencial na Bolívia na tarde de quarta-feira, 26, membros das forças armadas do país recuaram rapidamente, em uma aparente tentativa fracassada de golpe de Estado, liderada por Juan José Zuñiga, um general de alto escalão que, horas depois, foi levado sob custódia com transmissão ao vivo na televisão boliviana.

Zuñiga declarou durante a tentativa de invasão ao palácio que os militares pretendiam “reestruturar a democracia” na Bolívia, e exigiu a libertação dos opositores presos. Ele criticou o governo do presidente Luis Arce e disse que os militares estavam tentando instalar “uma verdadeira democracia, não para poucos”.

“Chega de governo de poucos”, disse o general. “Olhem onde isso nos levou! Nossos filhos não têm futuro, nosso povo não tem futuro, e o exército não tem falta de coragem para lutar pelo amanhã de nossos filhos.”

Mais tarde, antes de ser preso, o militar argumentou que foi Arce quem lhe ordenou que liderasse o movimento de soldados e tanques do Exército. Segundo Zuñiga, Arce argumentou que “a situação está



Zuñiga declarou durante a tentativa de invasão ao palácio que os militares pretendiam “reestruturar a democracia” na Bolívia, e exigiu a libertação dos opositores presos.

muito complicada” e que se justificava uma ação que o favorecesse.

Zuñiga atuou como Comandante Geral do Exército boliviano desde novembro de 2022 até a terça-feira, 25, quando perdeu o cargo por uma ameaça contra Evo Morales.

Como Chefe do Estado-Maior do Exército, Zuñiga

foi acusado por Evo de comandar o Pachajcho, um grupo militar que supostamente tinha um plano para matar o ex-presidente.

“Hoje ele tem um doutorado em Inteligência (...), certamente ele sabe muito e sabe muitas coisas sobre Evo Morales e muitas coisas sobre o presidente Luis Arce e o Alto Co-

mando Militar”, disse o jurista Omar Durán, em 2022, quando Zuñiga assumiu o comando do Exército. Antes de assumir o cargo, o militar era chefe de gabinete. No passado, segundo a imprensa boliviana, foi acusado de corrupção com o desvio de pelo menos 2,7 milhões pesos bolivianos, destinados a iniciativas sociais.

Governo Lula condena tentativa de golpe na Bolívia e manifesta apoio a Luis Arce



A gestão federal manifestou, em nota, apoio e solidariedade ao presidente Luis Arce e ao governo boliviano.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva condenou a tentativa de golpe de

Estado na Bolívia quarta-feira, 26. A gestão federal manifestou, em nota, apoio e solidariedade

ao presidente Luis Arce e ao governo boliviano. “O Governo brasileiro condena nos mais fir-

mes termos a tentativa de golpe de Estado em curso na Bolívia, que envolve mobilização irregular de tropas do Exército, em clara ameaça ao Estado democrático de Direito no país”, divulgou o Palácio Itamaraty em nota. “O Governo brasileiro manifesta seu apoio e solidariedade ao Presidente Luis Arce e ao Governo e povo bolivianos.”

O Ministério das Relações Exteriores afirmou que o governo federal estará em “interlocução permanente” com as “autoridades legítimas bolivianas” e com os governos dos demais países da América do Sul. O diálogo, segundo a gestão brasileira, será “no sentido de rechaçar essa grave violação da ordem constitucional na Bolívia e reafirmar seu compromisso com a plena vigência da democracia na região”. “Esses fatos são incompatíveis com os compromissos da Bolívia perante o MERCOSUL, sob a égide do Protocolo de Ushuaia”, acrescentou o Itamaraty.

Canadá orienta que cidadãos deixem o Líbano com aumento de tensão entre Israel e Hezbollah

A ministra das Relações Exteriores do Canadá, Mélanie Joly, disse na última terça-feira, 25, para os canadenses deixarem o Líbano devido ao aumento das tensões entre Israel e Hezbollah. Para quem está no território canadense, Joly recomendou evitar viagens ao país.

“A situação de segurança no Líbano está se tornando cada vez mais volátil e imprevisível devido à violência contínua e crescente entre o Hezbollah e Israel e pode se deteriorar ainda mais sem aviso prévio”, disse Mélanie, em nota.

Militares de Israel afirmaram no dia 18 de junho ter “aprova-



do e validado” planos operacionais para uma possível ofensiva no Líbano, já que os meses de combates com o Hezbollah, a força paramilitar mais importante do mundo árabe, ameaçam se transformar em uma guerra total.

Segundo informações da agência de notícias AFP, na última quarta-feira, 26, o Minis-

tro da Defesa de Israel, Yoav Gallant, declarou durante uma visita aos Estados Unidos que Israel não quer uma guerra no Líbano, mas que pode devolver o país à “Idade da Pedra” se a diplomacia falhar. “Não queremos entrar em uma guerra porque não é bom para Israel. Temos a capacidade de devolver o Líbano à Idade da Pedra, mas

não queremos fazê-lo”, afirmou. “O Hezbollah entende muito bem que podemos infligir danos massivos ao Líbano se uma guerra começar”, disse.

Em uma publicação no X (antigo Twitter), Mélanie Joly alertou aos canadenses que estão no território libanês que os voos comerciais podem ficar indisponíveis.

“Se o conflito armado aumentar, isso poderá afetar a capacidade (dos canadenses) de deixar o país e os nossos serviços consulares. Atualmente, o Canadá não oferece assistência de partida ou evacuação aos canadenses no Líbano e esses serviços não são garantidos”, afirmou a ministra, no comunicado.

Governo da Bolívia nega que tenha forjado golpe; general queria ‘assumir comando’ do país

O governo da Bolívia negou que tenha forjado a tentativa de golpe, como acusa Juan José Zuñiga, que comandou o cerco com tanques do Exército ao palácio presidencial na Praça Murillo. O general segue detido e pode pegar até 20 anos de prisão pelos crimes de terrorismo e levante armado contra o Estado.

Junto com Juan José Zuñiga, uma dezena de soldados foi detida pela tentativa de golpe que deixou pelo menos 12 feridos.

Ministros do governo afirmam que o general foi informado na noite anterior à tentativa de golpe que seria dispensado do cargo de comandante do Exército por suas declarações políticas. No começo da semana, Zuñiga disse em entrevista que prenderia o ex-presidente Evo Morales, caso ele insistisse em disputar as eleições de 2025, mesmo tendo sido desqualificado pela Justiça.

“Ele foi informado da perda do cargo porque violou a Constituição. Um soldado não pode deliberar sobre política, não pode deliberar sobre assuntos do território nacional”, afirmou o ministro do Interior da Bolívia, Eduardo del Castillo.

O ministro disse ainda que o golpe vinha sendo planejado há três semanas, com a participação de um grupo de soldados. E que o governo chegou a receber informações sobre tentativas de desestabilização, mas que ninguém poderia imaginar nada dessa magnitude.

“Este delinquente teve a ousadia de usar armas de guerra contra o povo, destruindo um patrimônio que é de todos. Este delinquente lançou um tanque de guerra na porta do palácio”, declarou o ministro.

O planejamento do golpe, afirma Eduardo del Castillo, envolveu inclusive uma tentativa de conseguir apoio popular de protestos que haviam sido con-

vocados para esta semana. “O objetivo de Zuñiga era assumir o controle do país. Queria se converter em governo de fato, mudar o gabinete de ministros e desrespeitar a vontade do povo”, enfatizou Eduardo del Castillo. “O que ele estava buscando era um golpe de Estado.”

O ministro da Justiça Ivan Lima Magne que o processo penal contra o general foi aberto logo após a tentativa de golpe, ainda na noite de quarta-feira. Juan José Zuñiga pode pegar de 15 a 20 anos de prisão. “Zuñiga mente e tenta justificar uma decisão que é sua, pela qual será responsabilizado judicialmente”, disse o ministro.

Ao ser preso, Zuñiga acusou o presidente Luis Arce de forjar o golpe para elevar a sua popularidade.

“O presidente me disse que a situação estava muito difícil, com muitas críticas”, disse Zuñiga enquanto era levado por policiais. Ainda de acordo com o general, Arce teria dito que era preciso fazer alguma coisa para levantar a sua popularidade.

“Tiramos os blindados?”, teria perguntado o militar, segundo o relato. Ao que o presidente teria respondido que sim. “Então, na noite de domingo, os blindados começaram a descer”, disse.

Com o cerco ao palácio, Luis Arce denunciou uma tentativa de golpe e pediu à população que saísse em defesa da democracia. O ex-presidente Evo Morales, padrinho político com quem Arce rompeu mais recentemente, convocou uma mobilização nacional, com greve geral e bloqueios em estradas.

Fora da Bolívia, líderes da América Latina condenaram rapidamente a tentativa de golpe e reforçaram o apoio ao governo Arce. Horas depois, a quartelada foi desmobilizada com a troca no comando militar.

Zelenski anuncia acordo de segurança da Ucrânia com União Europeia

O presidente Volodimir Zelenski anunciou que a Ucrânia assinou ontem, 27, um acordo de segurança com a União Europeia (UE). Dois dias após Kiev iniciar formalmente as negociações para aderir ao bloco, ele está em Bruxelas, onde participa de reunião do Conselho Europeu.

“Assinaremos três acordos de segurança, um deles com a UE em seu conjunto”, escreveu o presidente em sua conta na rede social X. “Pela primeira vez, o acordo consagrará o compromisso dos 27 Estados-membros de oferecer amplo apoio à Ucrânia, independente de qualquer mudança institucional interna”, acrescentou.

Na chegada a Bruxelas, Zelenski agradeceu pelo apoio, mas enfatizou que as armas e equipamentos militares que tem sido prometidos precisam chegar “urgentemente” ao campo de batalha. “Precisamos trabalhar nos próximos passos”, disse o presidente ucraniano, que pretende aproveitar a reunião para discutir “questões urgentes - defesa aérea, por exemplo.”

No campo de batalha, as forças russas tentam aproveitar sua vantagem em número de tropas e armamento antes que as tropas da Ucrânia sejam reforçadas pela nova ajuda militar ocidental prometida, que tem chegado lentamente à linha de frente, afirmam analistas.

Argentina: frio extremo congela ondas do mar na província Terra do Fogo

O frio extremo que atinge a Patagônia congelou ondas do mar ao norte da cidade de Rio Grande, perto da baía de San Sebastián, na província Terra do Fogo, sul da Argentina.

O fenômeno foi registrado na terça-feira, 25, a cerca de 362 quilômetros de Ushuaia, capital da província. As informações são do jornal local Clarín.

As imagens viralizaram nas redes sociais. Meteorologistas afirmaram ao jornal argentino que a principal causa desse fenômeno se deve a uma combinação de temperaturas extremamente baixas e condições climáticas específicas que favorecem a formação de gelo no

mar. A Terra do Fogo está registrando temperaturas abaixo de zero que, de acordo com o Serviço Meteorológico Nacional (SMN), se estenderão por toda a semana.

Segundo o Clarín, a região teve temperaturas abaixo de -10°C no último fim de semana - na terça-feira, a temperatura em Río Grande ficou entre -0,5°C e 0,7°C, enquanto a sensação térmica atingiu mínima de -4,8°C.

Hoje, a máxima será de -1°C e a mínima de -6°C. Já o dia mais quente dos próximos sete dias será no domingo, que tem previsão de máxima de 3°C e mínima de -1°C.

Presidente da Bolívia agradece a Lula por mensagem de repúdio à tentativa de golpe de Estado

O presidente da Bolívia, Luis Arce, agradeceu ao presidente Luiz Inácio Lula da Sil-

va pela mensagem de repúdio à tentativa de golpe perpetrada na última quarta-feira, 26 por

Juan José Zuñiga, ex-comandante do Exército boliviano, em La Paz.

“Saúdamos e agradecemos o firme respaldo do irmão presidente do Brasil, Lula, que

condenou o golpe de Estado fracassado na Bolívia e se pronunciou em favor da democra-

cia boliviana”, escreveu Arce em publicação no X (antigo Twitter).



GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Polícia Federal realiza operação de busca e apreensão contra ex-diretores da Americanas

A Polícia Federal (PF), em colaboração com o Ministério Público Federal (MPF), iniciou, ontem, 27, a Operação Disclosure, contra ex-executivos da Americanas, incluindo o ex-CEO Miguel Gutierrez.

Em nota, a Polícia Federal informa que no decorrer da operação, cerca de 80 policiais federais cumpriram dois mandados de prisão preventiva e 15 mandados de busca e apreensão nas residências de ex-diretores, localizadas no Rio de Janeiro. O Ministério Público informou que a Comissão de Valores Mo-

biliários (CVM) prestou apoio técnico durante a investigação.

Por ordem da Justiça Federal, foi determinado o bloqueio de bens e valores dos ex-diretores, ultrapassando R\$ 500 milhões. Os mandados foram expedidos pela 10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro.

As investigações levantaram evidências de que os ex-diretores participaram de fraudes contábeis através de operações de risco sacado, o que possibilitou à empresa antecipar pagamentos a fornecedores mediante empréstimos bancários.

Adolescente é suspeito de atear fogo em homem que dormia em praça em município de Tocantins

Um adolescente de 12 anos foi apreendido na tarde de terça-feira, 25, em Colinas do Tocantins, a 270 quilômetros de Palmas, sob a suspeita de ter ateadado fogo em um homem de 52 anos que dormia no chão de uma praça da cidade, na manhã do mesmo dia. O homem sobreviveu, está internado e foi submetido a uma cirurgia.

O caso aconteceu pouco antes das 7h de terça-feira. A polícia foi chamada para socorrer um homem com queimaduras, no centro da cidade. A vítima é um aposentado, casado, que tem casa e mora com a mulher,

mas tem problemas de alcoolismo. Por isso, naquela noite dormiu na praça. Ele acordou com o corpo em chamas e disse à polícia não saber o que havia acontecido. O homem, que sofreu queimaduras de 1º, 2º e 3º graus, foi levado a uma unidade de saúde local e depois transferido para o Hospital Regional de Araguaína. Na terça-feira mesmo, submeteu-se a uma cirurgia para retirar a pele queimada, e segue internado, relatam familiares. A Polícia Civil conseguiu imagens de uma câmera de segurança que flagrou o momento do crime.

Projeção para IPCA de 2026 continua em 3,2%, afirma BC no RTI

O Banco Central manteve a sua projeção de inflação de 2026 no cenário de referência, em 3,2%, no Relatório Trimestral de Inflação (RTI) divulgado ontem, 27. A partir de 2025, passa a valer uma meta contínua de inflação, com centro de 3% e tolerância de 1,5 ponto porcentual. As projeções do BC para o IPCA de 2024 e do próximo ano - de 4% e 3,4%, respectivamente - permanecem inalteradas em relação ao comunicado e à ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). Na semana passada, o colegiado decidiu

por unanimidade manter a taxa Selic em 10,5% e comunicar a interrupção do ciclo de afrouxamento monetário. O cenário de referência usa a trajetória da taxa Selic embutida no relatório Focus - terminando em 10,5% este ano e 9,5% no próximo - e dólar cotado em R\$ 5,30, evoluindo no futuro conforme a paridade do poder de compra (PPC). O preço do petróleo segue aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses e passa a aumentar 2% ao ano posteriormente, e a hipótese para a bandeira tarifária de energia é verde.

‘Se vier pra cima, vai tomar na testa’, diz Ricardo Nunes sobre Guarda Civil na Cracolândia

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), criticou, quarta-feira, 26, a ordem judicial que proíbe o uso de bombas e balas de borracha pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) durante operações na Cracolândia, no centro paulistano. Ele informou que a Prefeitura vai recorrer da decisão e disse que “a GCM não vai tratar com rosas quem está agredindo alguém”. Segundo o prefeito, “ali tem traficante, eles têm comando sobre essas pessoas”, e “se vier pra cima da gente, vai tomar na testa”. A decisão a que o prefeito se referiu

foi emitida na segunda-feira, 24, pela juíza Gilsa Elena Rios, da 15ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, em ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado (MP-SP) em 2017.

Em 20 de maio daquele ano, com bombas de gás e táticas semelhantes às da Polícia Militar, a GCM dispersou dependentes químicos do entorno da Praça Júlio Prestes, na Luz, região central, e prendeu traficantes.

Em seguida, o MP-SP pediu à Justiça que proibisse a GCM de adotar uma série de procedimentos. A Justiça negou alguns

pedidos da Promotoria, mas acatou outros e proibiu o uso de munição não letal.

Para o prefeito, não cabe à Justiça decidir como a GCM deve se comportar na Cracolândia. “Não vejo como razoável uma juíza querer delimitar aquilo que especialistas da área definem. Não é o juiz que vai saber o que o guarda civil metropolitano (e) a Polícia Militar têm de usar. São eles (que vão saber o que usar), eles é que são especialistas”, afirmou Nunes, em entrevista à imprensa após inauguração de clínica odontológica municipal no Tucuruvi,

na zona norte. Nunes fez mais críticas à decisão: “Na hora que tiver um problema, o juiz que fez isso não vai lá resolver. Ele está lá no gabinete, no ar-condicionado. São as pessoas que estão no front no dia a dia é que precisam ter liberdade para poder atuar com o objetivo de garantir a segurança e a vida das pessoas”, afirmou.

“Não é razoável que uma decisão judicial coloque em risco a saúde dos agentes de saúde e da assistência que atuam ali para poder convencer as pessoas a salvar suas próprias vidas”, concluiu.

Thiago Brennand é transferido para ‘presídio dos famosos’ em Tremembé

O empresário Thiago Brennand, condenado a penas de mais de 20 anos de prisão, foi transferido, quarta-feira, 26, para a “penitenciária dos famosos”, como é conhecida a Penitenciária 2, de Tremembé, no interior de São Paulo. Brennand é acusado de violência contra a mulher e já foi condenado em três processos.

Ele estava no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Pinheiros, na zona oeste da capital, desde que foi preso em abril de 2023. A Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) confirmou a transferência, determinada pela Justiça a pedido do detento.

Brennand ainda responde a outros processos por estupro, cárcere privado e outros crimes. A P2 de Tremembé ganhou fama por receber condenados por crimes de grande repercussão. Já passaram por suas dependências detentos conhecidos, como o ex-médico Roger Abdelmassih, o ex-jogador Robinho, Christian Cravinhos, do caso von Richthofen, e Alexandre Nardoni, do caso Isabella.

Durante dez dias, o empresário ficará isolado de outros presos, em uma cela de oito metros quadrados, cumprindo um protocolo padrão da unidade, conhecido como período de inclusão.

Brennand foi indiciado em nove processos criminais em



(Foto: EBC)

São Paulo e na Comarca de Porto Feliz, no interior, a maioria por violência contra a mulher.

Antes de ser preso, ele chegou a passar quase um mês foragido nos Emirados Árabes, com o nome incluído na lista de difusão vermelha da Interpol.

Em dois processos, que envolviam denúncias de injúria e ameaça, as ações No processo mais recente, julgado em janeiro, Brennand foi condenado a oito anos de prisão em regi-

me inicial fechado por forçar relação sexual sem preservativo com uma ex-namorada na mansão onde morava, em Porto Feliz.

O empresário foi enquadado também pelo crime de stalking, que é a perseguição reiterada e com ameaças, sendo condenado a pagar uma indenização de R\$ 50 mil à vítima. Antes, ele havia sido condenado por agredir uma modelo em uma academia de ginástica, na capital, e pelo estupro de uma

mulher norte-americana em sua mansão. Em nota, a Secretaria da Administração Penitenciária informou que o preso Thiago Brennand deu entrada nessa quarta, 26, às 11 horas, na Penitenciária II de Tremembé, procedente do Centro de Detenção Provisória I de Pinheiros.

O advogado Roberto Podval, que defende Brennand, disse à reportagem que a defesa solicitou a transferência à Justiça atendendo a um pedido de seu cliente.

Enfermeira que sumiu após contrair dívida por ‘Jogo do Tigrinho’ admite vício

A enfermeira Gabriely Sabino, de 23 anos, admitiu que desapareceu para fugir de dívidas que contraiu por conta do “Jogo do Tigrinho” e definiu como “vício” a sua relação com o caça-níquel online. Em entrevista ao SBT, ela disse que joga há cerca de dois anos e decidiu fugir por medo das dívidas que contraiu - o valor chegou a R\$ 20 mil.

Formada em enfermagem desde o ano passado, a jovem mora com os pais em Piracicaba, no interior de São Paulo, e procurava emprego na área enquanto trabalhava em uma padaria. Ela conheceu o jogo por meio de influenciadores digitais.

“Você vê os influenciadores jogando, ganhando, e você quer ganhar também. E falam que eles não tinham nada, mas começam a ter uma qualidade de vida melhor. E você quer ter isso também para você. E aí comecei a jogar”, disse Gabriely à emissora.

“É um vício. Quanto mais (dinheiro) você coloca (na plataforma do jogo), mais você quer pôr para ver se tem um retorno maior”, afirmou. De acordo com a enfermeira, ela chegou a ganhar dinheiro algumas vezes na plataforma, o que a motivou a sempre tentar novos ganhos, mesmo quando perdia.

“Quando você vê, está perdendo, mas aí você quer pôr de volta. Vai virando uma bola de neve. Na hora que você se vê, está perdendo tudo e conti-

nua jogando.” De acordo com o advogado de Gabriely, ela teve quadros de ansiedade e depressão. “Você pensa ‘eu tenho aquela conta para pagar, mas se eu jogar, vou ganhar para pagar e ainda vai sobrar’ (...) Você joga e perde. Quando vê, foi o seu pagamento todo.”

A família não sabia sobre suas dívidas e ela se sentia envergonhada em revelar a situação para seus pais. Segundo a sua mãe, com quem o Estádio conversou, eles sabiam que Gabriely já tinha usado o “Jogo do Tigrinho” e ganhado algumas vezes, mas não sabiam que ela estava viciada. Ela diz que chegou a pegar dinheiro com agiotas e pediu o cartão de crédito emprestado à cunhada.

FAB intercepta avião boliviano clandestino em Rondônia, que desobedece ordens e foge

A Força Aérea Brasileira (FAB) e a Polícia Federal (PF) interceptaram uma aeronave de origem boliviana que ingressou clandestinamente no espaço aéreo brasileiro, quarta-feira, 26. Após constatada a presença ilegal próxima de Porto Velho (RO), a FAB iniciou o processo de interceptação da aeronave, que desobedeceu às ordens da Força e fugiu.

Procurada pelo Estadão, a embaixada da Bolívia no Brasil ainda não se pronunciou. “As ações foram adotadas por se tratar de um tráfego ilícito, que se mostrou não colaborativo e desobedeceu a todas as orienta-

ções feitas pela defesa aeroespacial brasileira, vindo a se evadir e ingressar no espaço aéreo da Bolívia, onde as ações foram interrompidas pelo Comando de Operações Aeroespaciais (CO-MAE)”, disse a FAB em comunicado.

A aeronave boliviana, do modelo Cessna 401A, foi detectada por radares da FAB após ações de inteligência da PF. Dois caças A-29 Super Tucano, de defesa aérea, foram usados para tentar interceptar o invasor. A força afirma que os procedimentos de defesa do espaço aéreo seguiram leis e protocolos padrões.

O voo sem autorização ocorreu um dia após uma tentativa de golpe na Bolívia, quando tanques do Exército boliviano cercaram por algumas horas a Praça Murillo, sede do governo local, e tentaram invadir o prédio.

O chefe do Exército, Juan José Zúñiga, líder da intontona contra o presidente Luis Arce, foi preso e a cúpula militar do país, trocada.

A ação de interceptação fez parte do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PIFI), que visa reforçar a segurança e coibir ilícitos nas fronteiras brasileiras.

DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Aplicativo

DIÁRIO DE NOTÍCIAS BRASIL

Informação em tempo real.

Disponível na

App Store

DISPONÍVEL NO

Google play

GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Haddad afirma que Lula nunca desautorizou Fazenda na busca pelo equilíbrio das contas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, nunca desautorizou a pasta na busca pelo equilíbrio fiscal. De acordo com ele, o chefe do Executivo terá a “sabedoria” de fazer o redesenho das contas públicas para fazer cortes e não prejudicar a população mais pobre.

Em fala durante a 3ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o chamado Conselho, ontem, 27, Haddad contextualizou que o Brasil está há 10 anos com problema fiscal.

“O senhor presidente Lula resolveu enfrentar essa questão e nunca desautorizou o Ministério da Fazenda na busca do equilíbrio das contas, pelo lado da receita sim, porque nossa receita caiu 2% do PIB pelas renúncias, como apontado pelo Tribunal de Contas da União, mas também pelo redesenho das políticas públicas que está encomendada pelo presidente Lula, que vai ter a sabedoria de saber o que fazer e o que não fazer para não prejudicar a população mais pobre”, afirmou Haddad. “O redesenho que será apresentado será levado a cabo para



equilibrar as contas, mas com sabedoria política de quem já demonstrou compromisso com quem mais precisa do Estado brasileiro”, acrescentou.

O ministro ressaltou a importância do Congresso Nacional na aprovação de projetos considerados prioritários para o governo, especialmente na área econômica. “Tudo foi negociado, nada saiu como entrou no

Congresso, mostrando capacidade de diálogo da SRI, da Fazenda, que não deixou as residências oficiais dos presidentes das duas Casas e as mesas de negociação com líderes de todos os partidos, inclusive da oposição”, disse.

Segundo ele, o Parlamento aprovou inúmeras medidas de apoio ao equilíbrio fiscal pelo lado da recomposição da recei-

ta. Porém, esclareceu: “Ninguém está aumentando carga tributária, não se criou imposto, não se aumentou alíquota. O que se fez foi corrigir desequilíbrios fiscais, renúncias fiscais.”

De acordo com o ministro, o acordo feito no início da gestão federal era de fazer o país crescer com baixa inflação. “Estamos fazendo o máximo por esse objetivo”, declarou o ministro.

Ibaneis diz que pode fazer ‘dobradinha’ com Michelle Bolsonaro para o Senado em 2026



O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), afirmou em entrevista, quarta-feira, 26, que pode fazer uma “dobradinha” com a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) nas eleições para o Senado em 2026. No pleito, haverá duas vagas em disputa para a Casa Alta do Congresso Nacional.

“Seria uma grande convergência. Ela (Michelle) tem o voto ideológico, e eu tenho outro tipo de voto, que é o de quem gosta do que estamos realizando. Acho que seria uma junção muito boa para o Distrito Federal. Sairíamos (na disputa pelo Senado) Michelle e eu. Teríamos condições de fazer as

duas vagas”, afirmou o chefe do Executivo do Distrito Federal em entrevista para as rádios JK FM e Mix FM.

O governador já deixou claro, em abril deste ano, que quer se candidatar ao Senado nas próximas eleições. Como está no seu segundo mandato à frente do Palácio do Buriti, ele não

pode concorrer pela terceira vez ao Executivo.

A Casa Alta também é uma ambição para a ex-primeira-dama, que é incentivada por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) a iniciar a sua carreira política disputando o cargo pelo Distrito Federal. Michelle nasceu e tem domicílio eleitoral na capital federal.

A vontade de Ibaneis de ser um dos apadrinhados por Bolsonaro na disputa pelo Senado tem como obstáculo a sucessão do governador em 2026.

O governador já externalizou que vai apoiar a vice-governadora Celina Leão (PP), enquanto o ex-presidente e seus aliados próximos articulam a candidatura do senador Izalci Lucas (PL), candidato derrotado pelo emedebista em 2022 e que se filiou recentemente à legenda do ex-presidente.

Por outro lado, o PL é um dos partidos que compõem a base de Ibaneis no Legislativo do Distrito Federal.

O governador também é um aliado do ex-presidente e declarou voto a ele no segundo turno das eleições presidenciais de 2022.

Entenda a decisão do STF sobre descriminalização do porte de maconha

Após nove anos de sucessivas interrupções, por 6 votos a 3, o Supremo Tribunal Federal (STF) finalizou, quarta-feira (26) o julgamento que descriminalizou o porte de maconha para uso pessoal e fixou a quantia de 40 gramas para diferenciar usuários de traficantes.

Com a decisão, não comete infração penal quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo até 40 gramas de maconha para consumo pessoal. A decisão deverá ser aplicada em todo o país após a publicação da ata do julgamento, que deve ocorrer nos próximos dias.

A decisão do Supremo não legaliza o porte de maconha. O porte para uso pessoal continua como comportamento ilícito, ou seja, permanece proibido fumar a droga em local público, mas as consequências passam a ter natureza administrativa e não criminal.

O Supremo julgou a constitucionalidade do Artigo 28 da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006). Para diferenciar usuários e traficantes, a norma prevê penas alternativas de prestação de serviços à comunidade, advertên-



cia sobre os efeitos das drogas e comparecimento obrigatório a curso educativo.

A lei deixou de prever a pena de prisão, mas manteve a criminalização. Dessa forma, antes da decisão da Corte, usuários de drogas eram alvos de inquérito policial e processos judiciais que buscavam a condenação

para o cumprimento dessas penas alternativas.

Principais pontos de decisão

Punição administrativa - A Corte manteve a validade da Lei de Drogas, mas entendeu que as consequências são administrativas, deixando de valer a possibilidade de cumprimento de pres-

tação de serviços comunitários.

A advertência e presença obrigatória em curso educativo seguem mantidas e deverão ser aplicadas pela Justiça em procedimentos administrativos, sem repercussão penal.

O registro de antecedentes criminais também não poderá ser avaliado contra os usuários.

Saiba quem entrou e quem saiu do ‘Conselhão’ de Lula

O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), conhecido como “Conselhão”, passou por uma reformulação de integrantes. Conforme decreto publicado na edição do Diário Oficial da União (DOU) da quarta-feira, 26, doze membros do grupo renunciaram aos cargos, dois foram dispensados sem justificativa e três postos foram extintos em razão do falecimento dos ocupantes. Com a vacância de membros, vinte novos integrantes foram designados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O “Conselhão” é um órgão consultivo da Presidência da República, sob o guarda-chuva da Secretaria de Relações Institucionais. Foi criado em 2003, no primeiro mandato de Lula. Durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o grupo foi abolido. A participação no órgão não é remunerada.

Na versão atual, refundada pelo terceiro governo do petista, o “Conselhão” incorporou a pauta ambiental - o termo “Sustentável” não constava no nome oficial do grupo entre 2003 e 2019 - e foi “turbinado” - o órgão, hoje, reúne mais de 240 integrantes, 140 a mais do que na configuração anterior.

Os postos extintos por falecimento pertenciam à ativista Nalu Faria, ao físico Ennio Candotti e ao empresário Abílio Diniz. Entre as renúncias, figuram os nomes da cardiologista Ludhmila Hajjar e do jurista Floriano de Azevedo Marques, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Quem saiu
Alcione de Albanesi;

Bruna Chaves Brelaz;
Camila Aparecida Silva Santos;
Eunice Cabral;
Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto;
Ivone Maria da Silva;
Ludhmila Abrahão Hajjar;
Marcia Caldas Fernandes;
Maria Judite da Silva Ballerio Guajajara;
Raimundo Vieira Bonfim;
Rosângela Aparecida Hilário;
Vera Lúcia Santana Araújo;
Eduardo Calderari (dispensado);
Liel Marcio Cintra Miranda (dispensado);
Abílio dos Santos Diniz (falecimento);
Ennio Candotti (falecimento);
Nalu de Faria da Silva (falecimento).
Quem entrou
Altair de Jesus Vilar Guimarães;
Antonio Ricardo Alvarez Alban;
Celso Niskier;
Fernando Yunes Elias Fraiha;
Geyze Marchesi Diniz;
José Antonio Batista Costa;
Lenimar Silva Cruz Werreria Kanela;
Luiz Roberto Liza Curi;
Mais Moreno;
Manuella Mirella Nunes da Silva;
Maria Josana de Lima Oliveira;
Mariana Luz Camargo Mendes;
Marilene Corrêa da Silva Freitas;
Miriam Nobre;
Neiva Ribeiro da Silva;
Renato Alencar Porto;
Rodolfo Fücher;
Rosana Amadeu da Silva;
Valsui Claudio Martins;
Vilma Francisca Hutim Gondim de Souza.

Projeção para saldo total de crédito em 2024 passa de +9,4% para +10,8%, diz BC no RTI

O Banco Central aumentou a sua projeção de crescimento do saldo total de crédito em 2024, de 9,4% para 10,8%. A estimativa para o saldo de operações de pessoas físicas passou de 10,2% para 11,0% e, para empresas, foi alterada de 8% para 10,5%. As revisões foram divulgadas no Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de ontem, 27.

A estimativa de crescimento do saldo do crédito livre, que não usa recursos da poupança ou do BNDES, passou de 8,9%

para 10,0%. Nesse segmento, o BC ajustou a projeção para o crédito às pessoas físicas de 10% para 11,5%. No caso das empresas, a estimativa passou de 7,5% para 8,0%. A projeção do BC para o saldo de crédito direcionado, que usa recursos da poupança e do BNDES, passou de 10% para 12,0%. Dentro do crédito direcionado, a projeção do saldo para as pessoas físicas ficou em 10,5%. No caso das pessoas jurídicas, foi revisada de 9% para 15,0%.

CMN define centro da meta de inflação contínua em 3%, com tolerância de 1,5pp

O Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu fixar o centro da meta de inflação em 3%, com tolerância de 1,5 ponto porcentual para mais ou para menos. O colegiado se reuniu nesta quarta-feira, 26, após o governo ter publicado o decreto regulamentando a meta contínua de inflação.

Segundo a resolução divulgada há pouco, o CMN também definiu que o Índice Nacional de

Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) será usado para medir a inflação. “O Banco Central do Brasil efetivará as necessárias modificações em seus regulamentos e normas, visando à execução do contido nesta resolução”, diz o texto. O CMN é formado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, e pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Campos Neto: BC segue princípio do câmbio flutuante e não intervirá no mercado mirando cotação

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse ontem, 27, que a autoridade monetária segue o princípio do câmbio flutuante e não vai intervir no mercado mirando uma cotação do dólar ante o real. Ele concedeu entrevista coletiva para comentar o Relatório Trimestral de Inflação (RTI), em São Paulo.

“A gente entende que o câmbio apresentou uma desvalorização que está em linha com algumas outras variáveis que também simbolizam o prêmio de risco no Brasil”, disse Campos Neto.

Ele foi indagado sobre a alta do dólar, que chegou a R\$ 5,5194 no fechamento da quarta-feira, o maior nível desde janeiro de 2022.

Segundo Campos Neto, a valorização do dólar é compatível com o comportamento de outras variáveis, como o juro da NTN-B longa.

O presidente do BC lembrou que o câmbio flutuante serve para absorver choques. “Acho que ele se presta bem a essa finalidade, e nós só vamos fazer algum tipo de intervenção entendendo que houve alguma disfuncionalidade”, disse.



ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

BRASILEIRÃO - SÉRIE B

12ª RODADA

RESULTADOS

22/06

CRB	1x0	Guarani	17:00	Rei Pelé
Operário-PR	0x1	Botafogo-SP	17:00	Germano Krüger
Ituano	1x1	Brusque	21:00	Novelli Júnior

23/06

Chapecoense	1x2	Paysandu	16:00	Arena Condá
Vila Nova	1x0	Goiás	18:30	Oba

24/06

Sport	1x2	Novorizontino	19:00	Arena de Pernambuco
-------	-----	---------------	-------	---------------------

25/06

Mirassol	0x0	Santos	19:00	Municipal de Mirassol
América-MG	1x1	Avai	19:00	Independência
Ponte Preta	3x1	Ceará	21:00	Moisés Lucarelli
Amazonas	1x0	Coritiba	21:30	Carlos Zamith

CLASSIFICAÇÃO

	P	J	V	E	D	GP	GC	SG	
1	América-MG	22	12	6	4	2	17	11	6
2	Avai	22	12	6	4	2	12	8	4
3	Operário-PR	21	12	6	3	3	8	6	2
4	Vila Nova	20	12	6	2	4	14	13	1
5	Santos	19	12	6	1	5	19	11	8
6	Sport	19	11	6	1	4	14	11	3
7	Goiás	18	12	5	3	4	17	9	8
8	Coritiba	18	12	5	3	4	12	8	4
9	Mirassol	18	12	5	3	4	12	9	3
10	Novorizontino	18	12	5	3	4	13	13	0
11	Ceará	16	12	4	4	4	16	15	1
12	Botafogo-SP	16	11	4	4	3	8	10	-2
13	Ponte Preta	15	12	4	3	5	14	16	-2
14	Amazonas	15	12	4	3	5	10	13	-3
15	Paysandu	15	12	3	6	3	14	13	-1
16	Chapecoense	14	12	3	5	4	10	11	-1
17	CRB	12	10	3	3	4	12	13	-1
18	Brusque	11	12	2	5	5	9	17	-8
19	Ituano	8	12	2	2	8	14	26	-12
20	Guarani	5	12	1	2	9	9	21	-12

SOBRE PARA SÉRIE A

REBAIXADO À SÉRIE C

FONTE

CBF

INFOGRAFFO

Felipe Meligeni fura quali e garante vaga em Wimbledon; Bia Haddad cai na Alemanha

O tenista brasileiro Felipe Meligeni conquistou a vaga na chave principal de Wimbledon ontem. Ele venceu sua terceira partida seguida no qualifying e garantiu o direito de competir, pela primeira vez, na chave do Grand Slam britânico, disputado em Londres. Já na Alemanha, justamente em preparação para Wimbledon, Beatriz Haddad Maia foi eliminada em Bad Homburg

Na capital britânica, o sobrinho de Fernando Meligeni superou o americano Maxime Cressy por 3 sets a 2, com parciais de 6/4, 1/6, 7/6 (7/5), 4/6 e 6/4, em

3h18min de confronto. Cressy é o atual 176º do ranking, enquanto o brasileiro é o 147º e vive momento de crescimento no circuito profissional.

Com a vitória, Felipe repete o que fez em Roland Garros, há cerca de um mês, quando também venceu suas três partidas no quali e entrou na chave principal. Ele disputará a chave de um Grand Slam pela terceira vez na carreira, sendo a primeira em Wimbledon. Assim, fará a estreia no famoso e tradicional All England Club - os jogos do quali são disputados fora do complexo.

Santos apresenta Paulo Bracks como CEO em meio à crise na Série B: ‘Correção de rotas’

“O Santos não cabe em uma Série B”. Esse foi o discurso de Paulo Bracks, novo diretor-executivo do Santos, que foi apresentado ontem, na Vila Belmiro. Ele chega com a missão de organizar o clube no objetivo de encaminhar um retorno sem grandes sustos à elite do futebol nacional. Com passagens por times como América-MG, Internacional e Vasco, o novo profissional vai atuar na função de gestor e, informalmente, será tratado como um CEO.

Em uma conversa que durou pouco mais de uma hora, Bracks colocou o profissionalismo como um dos braços da sua atuação e disse que a prioridade vai ser organizar as diversas áreas do clube em torno

do futebol. “Santos é um clube de futebol. O Santos está numa posição onde não deveria estar. Faz parte da minha função estar ao lado do departamento profissional. Vou auxiliar na questão organizacional, na comunicação entre as áreas e também na parte financeira. Estamos preparados para esse retorno à elite”, afirmou.

O ponto central das perguntas foi em relação não só ao comando técnico do time, mas também ao trabalho de Alexandre Gallo, diretor de futebol. Recém-chegado, Bracks se esquivou ao ser questionado sobre o desempenho do dirigente. No entanto, disse estar pronto para tomar decisões que julgar necessárias.

Técnico José Neto deixa comando da seleção brasileira feminina de basquete

O técnico José Neto deixou o comando da seleção brasileira feminina de ontem. A saída foi anunciada em comunicado da Confederação Brasileira de Basketball (CBB), que não revelou mais detalhes sobre a demissão. Pelas redes sociais, Neto atribuiu sua decisão à saída do preparador físico da equipe, Diego Falcão, no sábado passado.

“A Confederação Brasileira de Basketball informa que nesta quinta, 27 de junho, recebeu do treinador José Neto o seu pedido de desligamento do projeto da Seleção feminina adulta de basquete. E que aceitou a solicitação de encerramento da parceria”, in-

formou a CBB. “A Basquete Brasil agradece ao técnico pelo seu trabalho nesses anos e deseja boa sorte na sequência da sua carreira profissional.”

A confederação prometeu que definirá o novo treinador “dentro do planejamento da diretoria” a tempo da disputa do torneio classificatório ao Mundial da Alemanha, que será realizado em 2026. O qualificatório será disputado em agosto deste ano.

Em mensagem nas redes sociais, José Neto relacionou sua saída à demissão de Falcão, preparador físico que entrou na seleção junto com o treinador, em maio de 2019.

Pierre Gasly e Lance Stroll estendem contratos com suas equipes na Fórmula 1

O dia de ontem começou movimentada no mundo da Fórmula 1. Na véspera das primeiras atividades do GP da Áustria na pista, Alpine e Aston Martin anunciaram renovações com os pilotos Pierre Gasly e Lance Stroll, respectivamente. As decisões deram sequência à “dança das cadeiras” no grid para a temporada 2025.

O anúncio mais esperado era sobre Gasly, que tinha contrato somente até o fim deste ano. A Alpine não revelou detalhes sobre a duração do novo vínculo, algo recorrente entre os times da F-1, mas garantiu que a extensão inclui “2025 e além”. A equipe também falou em “contrato de longo prazo”.

Com a renovação, a Alpine já tem garantido o seu primeiro piloto para o campeonato do ano que vem. O outro assento ainda está vago porque a equipe já anunciou que não renovará o vínculo de Esteban Ocon. Entre os candidatos a esta vaga estão novatos, como o australiano Jack Doohan, e pilotos mais experientes, como o alemão Mick Schumacher, atualmente fora do grid, e o espanhol Carlos Sainz Jr., que deixará a Ferrari no fim do ano.

“Me sinto em casa nesta grande equipe. Gosto de fazer parte do projeto da Fórmula 1 e da visão mais ampla da Alpine Cars. Estou oficialmente aqui há mais de 18 meses e sempre foi meu plano construir



(Foto: Divulgação)

um projeto de longo prazo com a equipe. Embora tenha sido uma temporada desafiadora na pista até agora, continuo fiel ao projeto e vou seguir por aqui”, comentou o piloto francês.

Gasly disputa sua oitava temporada na F-1, somando 140 corridas até agora. O francês teve longa trajetória pelas equipes do grupo Red Bull, incluindo a Toro Rosso, atualmente chamada de RB, ex-AlphaTauri. Pela Alpine, ele soma 32 largadas, com 67 pontos somados. Seu melhor resultado foi a vitória no GP da Itália de 2020, pela então AlphaTauri.

Na Aston Martin, Lance Stroll estendeu seu contrato também sem uma duração específica, mas informou que o canadense estará na equipe quando a F-1 passar por profundas mudanças em seus motores, em 2026. Havia especulação sobre o futuro do piloto em razão dos resultados abaixo do esperado e também da aparente falta de interesse de Stroll em melhorar suas performances. O piloto é filho do empresário Lawrence Stroll, dono da Aston Martin na F-1.

“Estou muito feliz por ter me comprometido a perma-

necer com a equipe em 2025 e além. É incrível ver o quão longe avançamos nos últimos cinco anos. Crescemos muito como equipe e ainda há muito mais pelo que esperar”, declarou o piloto, que forma dupla com o experiente Fernando Alonso. O espanhol tem vínculo até 2026.

Stroll iniciou sua trajetória na F-1 com a equipe Williams em 2017. Após duas temporadas com o time britânico, ele se transferiu para a Racing Point, equipe que seu pai comprou. O time se tornou a Aston Martin em 2021.

Palmeiras oficializa contratação do meia Maurício, ex-Internacional



(Foto: Divulgação)

A direção do Palmeiras oficializou ontem a contratação do meia Maurício. O jogador de 23 anos, que estava no Internacional desde 2020, assinou contrato de cinco temporadas e poderá estrear somente no próximo

mês, após a abertura da janela de transferências.

Maurício é o sétimo reforço do clube paulista para a temporada 2024. Antes, o time foi reforçado com Aníbal Moreno, Bruno Rodrigues, Caio Paulista,

Lázaro, Rômulo e Felipe Anderson, que também só poderá estrear após a abertura da janela nacional.

As partes não revelaram as cifras envolvidas na negociação. Mas especula-se que o valor se

aproxime de R\$ 50 milhões, a serem repartidos entre Internacional, Cruzeiro e Desportivo Brasil, clube que formou o jogador nas categorias de base - depois passou pelo Cruzeiro, em 2018, até chegar ao Inter, dois anos depois.

Ao apresentar o reforço, o Palmeiras elogiou as características do meio-campista, que se destaca na armação e também se arrisca no ataque, com finalizações e jogadas pelos lados do campo.

“Eu sou versátil na minha carreira, consigo jogar tanto pela direita quanto centralizado. Acho que isso também é muito importante no futebol atual, mas é claro que queremos estar sempre dentro de campo. O que o professor Abel precisará de mim, estarei à disposição dele. Espero me adaptar o mais rapidamente possível às ideias dele, à filosofia de trabalho dele e do clube”, disse Maurício, que acumulou 176 jogos pelo Inter, com o mesmo número de gols e assistências: 25.

Presidente do Cuiabá critica CBF e diz que clube não é ‘cobaia’ da arbitragem

O presidente do Cuiabá, Cristiano Dresch, criticou a escala de arbitragem da CBF e afirmou que o clube do Mato Grosso não pode mais ser “cobaia” no Brasileirão. Após o empate com o Corinthians, na noite de quarta-feira, Dresch apresentou uma lista de jogos em que o Cuiabá contou com árbitros estreantes em jogos da Série A.

“É um apelo que faço à CBF em nome do Cuiabá. Na Série A do ano passado tivemos sete jogos com estreias de árbitro. É um número muito grande, fora do normal. Fizemos um levantamento de 2024 e no primeiro jogo do campeonato, contra o Athletico-PR, o árbitro Jonathan Pinheiro apitou o segundo jogo da Série A na vida. Contra o Grêmio, novamente. No jogo contra o Internacional, mais uma estreia de árbitro. Na partida que vencemos o Fortaleza, outra estreia, Jefferson Ferreira de Moraes. Contra o São Paulo, o quarto jogo de Série A do árbitro”, enumerou o dirigente. Na avaliação de Dresch, o nú-



(Foto: Divulgação)

mero de jogos do Cuiabá com juizes estreantes é excessivo. “É um pedido à CBF, ao presidente Ednaldo Rodrigues, ao (Wilson) Seneme, presidente da comissão de arbitragem. Já deu. A cota de cobaia de árbitro em jogo do

Cuiabá encerrou, chega. Não dá mais. Temos excelentes árbitros no Brasil, o trabalho do Seneme é excelente, lançar novos árbitros é muito importante, mas o Cuiabá já cumpriu o papel de ser cobaia.”

O presidente do clube fez a crítica geral à arbitragem da CBF ao reclamar da escalação de Fábio Augusto Santos Sá Junior para apitar o duelo com o Corinthians, na Neo Química Arena, em São Paulo.



Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais			
	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		21.254	50.011
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	9, 10	4.506	3.431
Provisões para causas judiciais	e 20	15	(194)
Baixa residual de ativos imobilizados e intangíveis		4.506	90
Provisão (reversão) para perdas esperadas por crédito de liquidação duvidosa	9 e 10	95	494
Juros sobre arrendamento	6	2.366	(2.975)
Constituição de provisão para perda de estoques	11	633	625
		7	77
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) redução nas contas do ativo			
Contas a receber	6	19.722	(16.341)
Outros ativos não circulantes	7	(769)	48
Outros ativos circulantes	8	(11.250)	(6.199)
Outros ativos não circulantes		271	-
Aumento (redução) nas contas do passivo			
Fornecedores	12	1.638	4.838
	13, 14	-	-
Contas a pagar e provisões	e 16	42.182	3.490
Juros pagos sobre arrendamento	11	(633)	(625)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.501)	(5.885)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		74.396	32.346
Fluxos de caixa de atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	9	(3.714)	(10.597)
Mutuos concedidos a terceiros	17	(59.415)	10.809
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(63.129)	(10.788)

Fluxos de caixa de atividades de financiamentos	(3.512,9)	(16.817,5)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(16.817,5)
Pagamento de arrendamento	11	(1.664,1)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(1.664,1)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		13.603,4
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		13.603,4
No início do exercício	73.103	69.100
No fim do exercício	86.706	73.103
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		13.603,4
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		13.603,4

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dados dos contratos	Taxa
2 anos	8,53%
5 anos	9,99%
10 anos	10,59%
Média	9,70%

b) A renversamentação é originada por alterações nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de reajustes nos valores mensais por índice de inflação (IGP-M). A Empresa reaversentou o passivo de arrendamento para refletir esses pagamentos revisados. Os vencimentos das parcelas não circulares em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados abaixo:

Ano	2023	2022
2024	712	712
2025	712	755
2026	2.364	795
2027 em diante	607	1.943
	3.683	4.265

12. FORNECEDORES		2023	2022
Fornecedores de mercadorias		27.711	25.693
Fornecedores de serviços		10.242	10.627
Total		37.959	36.320
A CientíficaLab não possui transações de risco sacado.			
13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS			
		2023	2022
Salários a pagar		4.220	4.429
Encargos sociais a pagar		2.299	2.111
Provisão para participação nos lucros e resultados e bônus		-	3.730
Provisão para férias e encargos sociais		7.575	6.806
Outros encargos sociais		42	11
Total		14.136	17.087
14. TRIBUTOS A RECOLHER			
		2023	2022
RRF a recolher		563	-
SS sobre faturamento		1.834	1.617
PIS sobre faturamento		197	-
COFINS sobre faturamento		1.898	-

Atendimento sobre os serviços a recolher	2.473	346
Tributos tributários a recolher	236	162
Total	7.202	2.132

IV. PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Empresa é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está aplicando essas questões tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais, quando discutidas, são amparadas por depósitos judiciais que montam R\$ 983 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 894 em 31 de dezembro de 2022). Em bases periódicas, a Administração revisa os casos judiciais em andamento, avalia as prováveis perdas e ajusta a provisão correspondente em função da avaliação de seus assessores legais e demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tal como natureza dos processos e experiência histórica. Para cobertura das perdas consideradas como prováveis, foram constituídas provisões nos montantes indicados a seguir:

	2023	2022	
Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial

	31/12/2022	Adição a provisão	Reversões	Atualizações	31/12/2023
Trabalhistas	687	258	750	253	243
Cíveis	19	334	750	243	259
Tributárias	391	8.598	391	392	392
Total	706	983	9.365		894

As movimentações na provisão para causas judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão apresentadas a seguir:

	31/12/2022	Adição a provisão	Reversões	Atualizações	31/12/2023
Provisão para causas trabalhistas (b)	750	825	(923)	35	687
Provisão para causas cíveis (a)	19	22	(34)	4	19
Provisão para causas tributárias	8.598	17	(7.508)	(1.098)	8.598
Total	9.365	864	(8.465)	(1.057)	706

	31/12/2021	Adição a provisão	Pagamentos	Atualizações	31/12/2022
Provisão para causas trabalhistas (b)	687	258	750	253	243
Cíveis	19	334	750	243	259
Tributárias	391	8.598	391	392	392
Total	706	983	9.365		894

Provisão para causas civis (a)	58	22	53	27
Provisão para causas trabalhistas	8.559	-	(146)	174
Total	8.650	815	575	174

A Empresa considera que a provisão para riscos em processos trabalhistas e civis é suficiente para cobrir as perdas esperadas. (a) A provisão para causas civis refere-se, principalmente, a ações indenizatórias por danos morais, materiais e estéticos decorrente de erro médico. (b) A provisão para causas trabalhistas refere-se a reclamações trabalhistas por parte de ex-colaboradores, que estão pleiteando horas-extras, danos moral, acidente de trabalho, diferenças salariais e outros. Em adição refere-se a execução fiscal que objetiva a cobrança de FGTS e o contribuinte social incidente sobre pagamentos a pessoas jurídicas e físicas. (c) A provisão para causas trabalhistas refere-se a ações trabalhistas decorrentes de seus negócios e a execução. **Processos classificados com risco de perda possível:** No âmbito civil, a Empresa possui processos classificados como perda possível que totalizam R\$ 53.876 em 31 de dezembro de 2023 relacionados a processos de responsabilidade civil com pedido de indenização de danos morais e materiais decorrente do suposto erro médico ou falta de procedimento. Os processos trabalhistas classificados como perda possível em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são decorrentes de ações de ex-empregados da Empresa. No âmbito tributário, a Empresa possui processos classificados como perda possível que totalizam R\$ 70.538 em 31 de dezembro de 2023.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR E PROVISÕES

	2023	2022
Diferencial de Amortização A. (a)	1.000	1.000

Diagnósticos da América S.A. (a)	44.107	692
Aluguéis a pagar	106	734
Outras contas a pagar	5.257	5.025
Total	49.470	6.450

que a Controladora, inicialmente, assume e compartilha entre as empresas do Grupo por processo de rateio.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Reserva Legal: O capital social e de R\$ 125 mil (125 mil em dezembro de 2022), diz respeito ao total das quotas de valor equivalente a R\$101 em 2023 e de R\$125,629 em dezembro de 2022, totalmente integralizado em moeda corrente do País, e assim distribuídas entre os Sócios: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o quadro de sócios do capital social integralizado da Empresa era:

Sócios	Quotas	Valor
Os acionistas da América S.A.	125.176,629	125,177
Os acionistas da Empresa Real Empreendimentos Imobiliários Ltda.	125.176,629	125,177

Reserva Legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido auferido em cada exercício nos termos do art. 193 de Lei nº 6.404/68, até o limite de 20% do capital social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e portanto não será utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O valor da Reserva Legal em 31 de dezembro de 2023 e de R\$ 880 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022). **Dividendos:** A empresa não possui dividendos a receber.

de 2020 e 2021, o valor de R\$ 26,6 milhão de dividendos adicionais propostos e o pagamento de R\$ 23,052 milhão sobre lucros do ano, para a rubrica de dividendos a pagar. **Ajustes de balanços anteriores (relativo ao período compreendido até 31 de dezembro de 2021 - não auditado):** A Empresa identificou a existência de R\$ 38,440 (R\$ 34,507 líquido de IR e CS e R\$ 4,933) de créditos tributários reconhecidos contabilmente no período entre 2008 e 2017, os quais tiveram sua realização indeferida ou até mesmo prescritos pelas órgãos competentes. Esses casos incluem: i) ISS prescrito e ii) Créditos de INSS sem razão da competência. A Empresa reconheceu a existência de R\$ 1,000 milhão de crédito em sua administração, de modo que, atualmente, aguarda-se definição de eventual estratégia judicial para a obtenção de uma Empresa obtenha o direito de utilização do montante via compensação. Diante das incertezas relacionadas a utilização do crédito tributário e motivado pela existência atual de um ativo contingente, a Empresa reconheceu a baixa do valor diretamente na rubrica de provisões e despesas, dentro do patrimônio líquido no exercício de 2021 e consequentemente, foi gerada uma diferença entre o valor de Patrimônio Líquido divulgado na Escrituração Contábil Digital e o saldo reportado nas Demonstrações Financeiras de 2021 conforme demonstrado abaixo:

	Total Patrimônio Líquido 31/12/2021 (não auditado)
Saldos conforme Escrituração Contábil Digital - ECD	167.605
Ajustes de anos anteriores	(34.507)
Saldos conforme Demonstrações Financeiras em 31/12/2021 (não auditado)	133.098

A equalização dessa diferença ocorreu após a contabilização nos livros contábeis em junho de 2023 e refletir na Escrituração Contábil Digital do exercício de 2023.

18. PARTES RELACIONADAS

	2023	2022
Ativo		
Diagnósticos da América S.A. (a)	55.415	-
Total - Não circulante	55.415	-
(a) Valor a ser recebido em 30 de abril de 2024.		
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo são compostos quando existe um direito legal de compensar os créditos tributários com os débitos tributários e desde que se referam à mesma autoridade fiscal. A Empresa obedece ao regime do lucro atual e provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência. A conciliação da despesa com a aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:		
	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	21.254	50.016
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, pela alíquota fiscal combinada	(7.226)	(17.005)
Adições permanentes		
Despesas inadmissíveis	(78)	3
Juros sobre capital próprio	(2.242)	2.242
Diferenças temporárias	(6.508)	486
Ajustes (diferido não constituído) (a)	12.392	4.290
	(3.662)	(9.985)
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Impostos diferidos	(3.662)	(9.985)

Total	(3.662)	(9.985)
(d) Diferido não constituído sobre prejuízo fiscal apurado.		
20. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Empresa gera receita principalmente pelos seus serviços de diagnóstico, para clientes particulares e clientes de operadores de planos de saúde. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:		
	2021	2022
Receita bruta	341.680	302.044
Receita bruta		
Deduções		
Tributos (a)	(20.314)	(17.227)
Perdas por glosas e inadimplência	(31.067)	(46)
	281.307	284.771
(a) Refere-se a tributos incidentes sobre a receita de serviços, como ISS (Imposto Sobre Serviços), PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Previdência Social).		
21. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
	2023	2022
Custos		
Custo com pessoal	(99.387)	(88.969)
Custo com material	(94.324)	(74.844)
Custo com serviços e utilidades	(53.967)	(48.848)
Custo com depreciações e amortizações	(3.321)	(2.237)
Gastos gerais	(4.401)	(2.422)
	(255.040)	(217.320)

_____ Continua ..

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicaegai.diariodenoticias.com.br/>

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
	Reclassificação	Nota 2.6
	(8.281)	(11.492)
Despesas com pessoal, incluindo participação nos lucros		
Variação de Provisão para participação nos lucros e resultados e ônus		382
Serviços e utilidades	(4.416)	(8.090)
Fretes		(136)
Depreciações e amortizações	(1.185)	(1.173)
Impostos e taxas	(3.439)	(1.718)
(Reversão)/provisões diversas	7.244	2.673
Repasses de custos corporativos Intercompária (a)	(12.536)	(1.919)
Despesas gerais	(25.807)	(21.473)
Total		

(a) Em 2023, o Grupo DASA implementou um processo de repasse de despesas corporativas. Esses repasses envolvem despesas administrativas e outras despesas operacionais que a Controladora, inicialmente, assume e compartilha entre as empresas do Grupo por processo de rateio.

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2023	2022
	Reclassificação Nota 2.6	
	(33.969)	(1.154)
Outras despesas operacionais (a)		
Outras receitas operacionais		
Total	(26.900)	(1.154)

(a) Em 2023, o Grupo DASA implementou um processo de repasse de despesas corporativas. Esses repasses envolvem despesas administrativas e outras despesas operacionais que a controladora, inicialmente, assume e compartilha entre as empresas do Grupo por processo de rateio.

24. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2023	2022
Despesas financeiras	(633)	(624)
Arrendamento mercantil	497	(885)
Outras despesas financeiras	(136)	(1.508)
Recultas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	8.050	6.699
Total	8.050	6.699
Resultado financeiro	7.914	5.191

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação contábil e valores justos: Devido à natureza dos saldos, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de instrumentos financeiros da Empresa esteja próximo aos seus valores contábeis. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado		
	amortizado	amortizado		
Em 31 de dezembro de 2023				
Caixa e equivalentes de caixa	96.706	86.706		
Contas a receber	74.181	78.328		
Fornecedores	-	(35.949)		(37.959)
Partes relacionadas	55.415	55.415		
Total	216.302	220.449	(35.949)	(37.959)

Aos Administradores e quotistas

Cientificalab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Cientificalab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cientificalab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas contidas nessas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Valores correspondentes ao exercício anterior. As demonstrações

financeiras da Empresa em 31 de dezembro 2022 foram auditadas por nós, cujo relatório, datado de 26 de julho de 2023, expressa uma abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa pois, devido à não termos acompanhado as contagens físicas dos estoques existentes no início do exercício de 2022, pois nossa contratação como auditores independentes ter ocorrido após o término da auditoria. Não realizamos testes quanto às quantidades e saldos dos estoques por outros procedimentos de auditoria. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações

Cientificalab PRODUTOS LABORATORIAIS E SISTEMAS LTDA. - CNPJ/MF nº 04.539.279/0001-37

operacionalizadas pelo departamento da tesouraria, visto depender de variáveis componentes do cenário econômico. O departamento de Tesouraria fornece mensalmente ao Comitê Executivo uma posição atualizada da exposição da Empresa aos riscos de mercado, mediante apresentação de relatórios, documentos e contratos, que permite a verificação do cumprimento da Política. Além disso, para os riscos de mercado aos quais a Empresa estiver exposta, é obrigatória a elaboração mensal por parte do departamento de Tesouraria de análise de sensibilidade (stress test), às taxas de 25% e 50% de variação em relação às taxas originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas envolvidas nestas transações e seu impacto nos resultados e nas posições de caixa da Empresa. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de um evento não previsível ocorrer ou erro no cálculo da necessidade de liquidez que irá impactar nas decisões de investimento ou no dia a dia da Empresa. A Empresa gerencia o seu risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros, seguindo o seguinte direcionamento: a) Gerenciamento de caixa de curto prazo - Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas. Periodicidade: Diária. Prazo: 0-1 (em dias úteis); b) Gerenciamento de caixa de longo prazo - Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, por meio da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e comparação entre realizadas versus orçadas. Periodicidade: Mensal. Prazo: 30 dias úteis do mês subsequente à data da base do relatório; c) Manutenção de um caixa mínimo - Reflete-se ao saldo de caixa que a Empresa repõe em curtíssimo prazo de tempo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco piores fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento; d) Limites de exposição e mitigadores de riscos - A análise e tesouraria mantêm em giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual ao cinco maiores fluxos consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses. Para linhas de médio prazo e longo prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito compatíveis com o planejamento estratégico da Empresa para cobrir necessidades de caixa de longo prazo. Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações e o risco de prejuízo decorrente de uma variedade de causas associadas a processos

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

AGROGALAXY

Agrogalaxy Participações S.A.

CNPJ/MF nº 21.240.146/0001-84 - NIRE 35300489543

Edital de Convocação

Assembleia Geral Extraordinária de 29 de julho de 2024

Ficam os senhores acionistas do AgroGalaxy Participações S.A. ("Companhia") convocados, na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 29 de julho de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio da Plataforma Digital Ten Meetings ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (a) Alteração do endereço da sede social da Companhia; (b) Alteração do jornal de grande circulação utilizado pela Companhia para a realização das publicações legais determinadas pela Lei das S.A., caso aprovada a alteração do endereço da sede; e (c) Reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para: (i) alterar o artigo 3º, em decorrência da alteração do endereço da sede social da Companhia; (ii) alterar o artigo 5º, a fim de atualizar o capital social da Companhia após o aumento de capital aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2024; e (iii) refletir as disposições da Lei das S.A. em seu artigo 31. 1. Documentos à disposição dos Acionistas. O Manual de Participação dos Acionistas com as orientações detalhadas para participar na AGE ("Manual de Participação dos Acionistas"), a Proposta da Administração ("Proposta"), bem como todos os documentos e informações pertinentes relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no website da Companhia (<https://ri.agrogalaxy.com.br>), bem como nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), conforme previsto na Lei das S.A. e na Resolução CVM 81. 2. Participação dos acionistas na AGE. A AGE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação dos acionistas (por si, seus representantes legais ou procuradores) somente poderá ocorrer: (a) via Boletim de Voto à Distância. ("Boletim"), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do Boletim e do Manual de Participação dos Acionistas, que podem ser acessados nos websites da Companhia (<https://ri.agrogalaxy.com.br>), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br); e (b) via Plataforma Digital, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista ou seu procurador devidamente constituído poderá: (i) simplesmente participar da AGE, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na AGE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, votar na AGE, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. 3. Participação na AGE via Plataforma Digital. Poderão participar da AGE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores. Os acionistas que desejarem participar da AGE por meio da Plataforma Digital, deverão acessar o link <https://assembleia.ten.com.br/402817542> e realizar seu cadastro com antecedência mínima de 2 (dois) dias da realização da AGE (ou seja, até o dia 27 de julho de 2024), o qual deverá ser devidamente realizado anexando os documentos indicados no Manual de Participação dos Acionistas. Os acionistas e procuradores, quando efetuarem os cadastros, receberão um e-mail informando que a Companhia irá avaliar a solicitação de cadastro. Em caso de aprovação, os acionistas e procuradores receberão uma confirmação por e-mail de que o cadastro foi aprovado. Em caso de rejeição, receberão um e-mail explicando o motivo da rejeição e, se for o caso, orientando como podem fazer a regularização do cadastro. Após cadastrado, o procurador terá um ambiente virtual, "Painel de Representantes", que também é acessado através da Plataforma Digital. Nesse ambiente ele pode acompanhar a situação da aprovação de cada representado, bem como atualizar suas documentações, ao acessar com o login e senha previamente cadastrado. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notorização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola para representação do acionista, bastando o envio de cópia simples em arquivo (.pdf) das vias originais de tais documentos através da Plataforma Digital, conforme indicado acima. A Companhia não admite procuração eletrônica para participação dos acionistas e procuradores assinadas digitalmente sem qualquer certificação digital. 4. Participação via Boletim. Os Boletins poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme disposto no Boletim. 5. Informações para participação e votação na AGE. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, constam no Manual de Participação dos Acionistas, na Proposta, e demais documentos disponíveis nos websites da Companhia (<https://ri.agrogalaxy.com.br>), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). São Paulo/SP, 28 de junho de 2024. Sebastian Marcos Popik - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO GLOBAL na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA:

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 017/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 718/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 9.398/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA URBANA PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL, COM O FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DA PLACA DE OBRA, EM DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA/SP. Valor estimado: R\$ 9.007.267,30 (nove milhões sete mil duzentos e sessenta e sete reais e trinta centavos).

Origem dos Recursos: Recurso proveniente do Tesouro Municipal.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 01/07/2024 até às 08h30min do dia 18/07/2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 18/07/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 18/07/2024.

MODALIDADE DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações".

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC

Araçatuba, 27 de junho de 2024.

ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 352/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 6.868/2024

OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 01/07/2024 até às 08h30min do dia 15/07/2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 15/07/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 15/07/2024.

MODALIDADE DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações".

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC

Araçatuba, 27 de junho de 2024.

ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 491/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 6.928/2024

OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE CARGAS DE GASES MEDICINAIS E AFINS.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 01/07/2024 até às 08h30min do dia 16/07/2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 16/07/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 16/07/2024.

MODALIDADE DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações".

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC

Araçatuba, 27 de junho de 2024.

ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 486/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 7.634/2024

OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE BABUCHE E TÊNIS ESCOLAR.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 01/07/2024 até às 08h30min do dia 17/07/2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 17/07/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 17/07/2024.

MODALIDADE DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações".

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC

Araçatuba, 27 de junho de 2024.

ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

MAKRO ATACADISTA S.A.

CNPJ: 47.427.653/0001-15

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais		Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	123.372	33.538	123.525	33.704	
Contas a receber	-	67.419	-	67.419	
Estoque	-	239.994	-	239.994	
Tributos a recuperar	241.640	333.167	241.640	333.167	
Despesas antecipadas	9.406	30.834	9.413	30.840	
Outros créditos	15.524	19.735	15.524	19.735	
Outros créditos	476.784	73.979	476.784	73.979	
Partes relacionadas	5.658	29.752	5.647	29.741	
Total do ativo circulante	872.384	834.453	872.533	834.614	
Ativos não circulantes mantidos para venda	123.632	593.082	123.632	593.082	
Total dos ativos circulante	996.016	1.427.535	996.165	1.427.696	
Não circulante					
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	
Tributos diferidos	-	64.114	-	64.114	
Tributos a recuperar	655.435	613.370	655.435	613.370	
Depósitos judiciais	26.919	29.658	26.919	29.658	
Outros créditos	483.374	121.095	483.374	121.095	
Total dos ativos não circulante	1.165.728	828.237	1.165.728	828.237	
Total do ativo	2.161.744	2.255.772	2.161.893	2.255.933	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	27.692	289.620	27.692	289.620	
Mercado Local - Risco Sacado	-	15.707	-	15.707	
Empréstimos e financiamentos	240.783	816.526	240.783	816.526	
Provisão para férias, bônus e encargos sociais	9.614	41.462	9.614	41.462	
Receitas Diferidas	2.507	2.617	2.507	2.617	
Partes relacionadas	533.984	21.170	533.984	21.170	
Impostos e contribuições a recolher	990	6.498	990	6.498	
Outros investimentos, incluindo derivativos	11.437	33.451	11.437	33.451	
Outras obrigações	160.431	63.763	160.431	63.763	
Total do passivo circulante	1.001.963	1.509.662	1.001.963	1.509.662	
Não circulante					
Provisão para contingências	108.535	130.056	108.535	130.056	
Receitas Diferidas	17.456	18.698	17.456	18.698	
Outras obrigações	69.275	21.176	69.275	21.176	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	18.499	18.499	18.499	18.499	
Total dos passivos não circulante	213.765	188.429	213.765	188.429	
Total Passivo	1.215.728	1.698.091	1.215.728	1.698.091	
Patrimônio líquido					
Capital social	1.311.931	1.039.761	1.311.931	1.039.761	
Reservas e (prejuízos) acumulados	(364.754)	(470.643)	(364.754)	(470.643)	
Total do patrimônio líquido	947.177	569.118	947.177	569.118	
Total do passivo e patrimônio líquido	2.162.905	2.267.209	2.162.905	2.267.209	

Demonstrações dos fluxos de caixa		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais		
	2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	170.304	(523.866)	170.304	(523.866)
Ajustes				
Depreciação e amortização	11.385	54.820	11.385	54.820
Valor residual do ativo imobilizado e intangível	134.641	42.752	134.641	42.752
Baixa de Arrendamento	(190.365)	-	(190.365)	-
Resultado da equivalência patrimonial	12	13	12	13
Depreciação - Contrato de arrendamento	-	31.217	-	31.217
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(287)	(21)	(287)	(21)
Provisão para ajuste ao valor de realização de estoques	(14.503)	6.361	(14.503)	6.361
Provisão para contingências	56.280	83.656	56.280	83.656
Provisão para saldo credor de ICMS e PIS/COFINS	(232.085)	234.211	(232.085)	234.211
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos classificados como mantidos para venda	(49.987)	-	(49.987)	-
Perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e intangível	(134.943)	206.297	(134.943)	206.297
Ganho na venda de operação descontinuada, líquido de impostos	(604.060)	-	(604.060)	-
Juros sobre arrendamento	14.723	23.225	14.723	23.225
Variação cambial	35.330	(24.695)	35.330	(24.695)
Juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos	37.569	25.888	37.569	25.888
Variações nos ativos e passivos	(765.986)	159.588	(765.986)	159.845
Contas a receber	67.706	37.528	67.706	37.528
Estoque	254.497	53.870	254.497	53.870
Tributos a recuperar / Imposto de renda	302.674	(19.606)	302.674	(19.604)
Depósitos judiciais, despesas antecipadas e partes relacionadas	31.044	(20.165)	30.743	(20.165)
Fornecedores	(261.928)	(74.159)	(261.928)	(74.159)
Provisão para férias, bônus e encargos sociais	(31.848)	(8.153)	(31.848)	(8.153)
Impostos a recolher	(5.508)	(1.200)	(5.508)	(1.200)
Depósitos judiciais	(14.836)	(17.271)	(14.836)	(17.271)
Contingências Pagas	(62.965)	(28.739)	(62.965)	(28.739)
Outras obrigações, receita Diferida e partes relacionadas	76.387	(74.706)	76.387	(74.706)
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(410.763)	6.257	(410.763)	6.246
Juros pagos	(81.643)	(3.883)	(81.643)	(3.883)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(2.461)	-	(2.461)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(492.406)	(87)	(492.419)	(98)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Alienação de operações descontinuadas, caixa gerado com a operação	441.497	-	441.497	-
Aumento de Capital	272.170	-	272.170	-
Aquisições de ativo imobilizado	-	(68.163)	-	(68.163)
Aquisições de ativo intangível	(819)	(14.985)	(819)	(14.985)
Fluxo de caixa provenientes das (utilizado nas) atividades de Investimento	712.848	(83.148)	712.848	(83.148)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.034.000)	(720.969)	(1.034.000)	(720.969)
Finalização das operações de risco sacado	(15.707)	(21.714)	(15.707)	(21.714)
Captações de empréstimos e financiamentos	467.000	798.669	467.000	798.669
Captações de empréstimos e financiamentos, Partes Relacionadas	500.000	-	500.000	-
Instrumentos financeiros derivativos	(15.979)	27.014	(15.979)	27.014
Pagamentos de principal de arrendamento	(31.922)	(46.911)	(31.922)	(46.911)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento	(130.608)	36.089	(130.608)	36.089
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	89.834	(47.146)	89.821	(47.157)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.538	80.684	33.704	80.861
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	123.372	33.538	123.525	33.704

Milano Comércio Varejista de Alimentos S.A.

CNPJ nº 11.950.487/0001-90

Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Balancos patrimoniais		Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	
Ativo/Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	77.722	107.280	78.989	107.665	
Contas a receber	50.850	24.660	51.219	24.660	
Estoque	33.158	15.996	33.539	16.169	
Impostos a recuperar	3.748	3.619	3.748	3.619	
Despesas antecipadas	1.820	1.543	2.576	2.188	
Adiantamentos	5.303	773	6.952	1.486	
Total do ativo circulante	172.601	153.871	177.023	155.787	
Não circulante					
Depósito judicial	11.422	8.773	11.422	8.773	
Depósito caução	66	-	66	-	
Adiantamentos	639	-	639	-	
Partes relacionadas	4.687	2.590	4.687	2.590	
Ativos de direito de uso	158.174	44.708	160.180	47.371	
Tributos diferidos	31.353	29.132	31.353	29.132	
Investimentos	16.865	8.534	-	-	
Imobilizado	82.554	83.511	96.950	91.733	
Intangível	12.320	12.922	12.320	12.922	
Total do ativo não circulante	318.080	190.170	317.617	192.521	
Total do ativo	490.681	344.041	494.640	348.308	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	47.362	23.654	48.398	24.664	
Empréstimos e financiamentos	46.209	27.684	46.209	27.684	
Obrigações trabalhistas	17.226	10.629	17.371	10.762	
Obrigações tributárias	19.739	11.179	19.739	11.179	
Impostos parcelados	10.643	16.466	10.643	16.466	
Passivo de arrendamento	16.677	11.383	16.677	12.016	
Partes relacionadas	813	-	813	-	

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

Cassada decisão de juiz que condenou União a indenizar ex-deputado por bloqueio de redes sociais

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), cassou decisão do juiz José Jácome Gímenes, da 1ª Vara Federal de Maringá (PR), que havia condenado a União a indenizar o ex-deputado estadual Homero Marchese em R\$ 20 mil em razão do bloqueio de suas contas nas redes sociais determinado pelo Supremo no inquérito das Fake News (INQ 4781). Em decisão proferida na Reclamação (RCL) 69263, apresentada pela União, o ministro Alexandre frisou que o juiz invadiu a competência do STF ao processar e julgar um pedido que pode interferir na

condução da investigação na Corte. O inquérito apura difusão de notícias fraudulentas, denúncias caluniosas, ameaças e falsas comunicações de crime contra a integridade, a segurança e a honorabilidade do Supremo. Segundo o ministro, ao qualificar e julgar deliberações que competem exclusivamente ao STF, no âmbito de inquérito em curso, o juízo de primeira instância “desafia, não só a competência deste Tribunal, como também o modo de condução de processo que tramita na Corte”. Essa circunstância “acarreta, inclusive, inequívoco prejuízo às investigações em curso”.

Supremo firma parceria para construção de usinas solares na sede do tribunal

O Supremo Tribunal Federal assinou, quarta-feira (26) um acordo de cooperação técnica com a Neoenergia para a construção de duas usinas fotovoltaicas em edifícios da Corte até o fim do ano, sem previsão de gastos pelo STF. O termo, assinado pelos presidentes do Supremo,

ministro Luís Roberto Barroso, e da concessionária de serviço público, Eduardo Capelastegui, tem o objetivo de promover ações de eficiência energética no STF por meio de diagnósticos, melhoria das instalações e geração de energia limpa e renovável.

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LUIS GUILHERME GALLERANI - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 205/2024 - PROCESSO nº 20.041/2024 - Nº COMPRA 90205/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO MENSAL DE VALE COMPRA ALIMENTOS POR MEIO DE CRÉDITO INTRANSFERÍVEL COM CARTÃO MAGNÉTICO OU ELETRÔNICO. DATA INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 28 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCPI). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br. Botucatu, 27 de Junho de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - TURISMO
Junot de Lara Carvalho - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico


CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 007/2024 - PROCESSO nº 19.222/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90007/2024.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA ETAPA 1 DO PARQUE DA REPRESA DO RIO PARDO. DATA INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 28 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 07 DE AGOSTO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCPI). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br. Botucatu, 27 de Junho de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA E SERVIÇOS
Márcio Roberto dos Santos - Secretário Municipal de Zeladoria e Serviços

PREGÃO ELETRÔNICO nº 184/2024 PROCESSO nº 19.319/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90184/2024.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA E CAPINAÇÃO. DATA INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 28 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCPI). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br. Botucatu, 27 de Junho de 2024.

**CÂMARA MUNICIPAL DE PIEDADE/SP**
Processo nº 179/2024
Pregão eletrônico nº 5/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACAS DE HOMENAGEM PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PIEDADE - SP. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO. O edital completo e seus anexos serão disponibilizados aos interessados por meio do site <https://b1lcompras.com> e www.piedade.sp.leg.br a partir do dia 28/6/2024.

Piedade, 27 de junho de 2024.
Wandê Augusto Rodrigues
Presidente

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Processo SAA nº 007.00016329/2024-49 - Pregão Eletrônico CA nº: 90005/2024 - O Coordenador de Administração comunica que se encontra aberta no COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO, PREGÃO ELETRÔNICO CA 90005/2024, destinado a Contratação de Serviço de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos Classe II - Não Perigosos / Classe II A - Não Inerentes. Aproximadamente 50 (cinquenta) sacos de lixo de 100 (cem) litros por dia gerados no Prédio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será na data de 15/07/2024, horário 10:00 horas, no site www.gov.br/compras. Informações para consulta do edital no Centro de Licitações e Compras, pelo telefone (11) 5067-0133 ou pelo e-mail suprimentosagricultura@sp.gov.br

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acha-se aberto na Prefeitura do Município de Bragança Paulista o seguinte certame licitatório: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2024 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM MAIOR DESCONTO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÁRMACOS PARA MANDADOS JUDICIAIS DE A A Z E OUTROS CONTIDOS NA TABELA OFICIAL CMED/ANVISA DATA DA ABERTURA: 17.07.2024 AS 09:30 HORAS - O edital estará disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00, no site www.braganca.sp.gov.br, e na plataforma www.novobmmnet.com.br. Bragança Paulista, 26 de junho de 2024. STEFANIA PENTEAOD CORRADINI RELA - Secretária Municipal de Administração em exercício.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA**
PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCURSO CULTURAL 19º FESTIVAL DE INTERPRETAÇÃO DA MÚSICA SERTANEJA "LUIZ CARLOS CARDOSO" (PMP 9911/2024)
Para "Edital de Chamamento Público de Concurso Cultural - 19º Festival de Interpretação da Música Sertaneja "LUIZ CARLOS CARDOSO", conforme edital, decreto e leis em anexo" com inscrições abertas de 08/07/2024 até dia 23/08/2024 disponíveis no endereço eletrônico da Prefeitura de Pindamonhangaba – <https://pindamonhangaba.sp.gov.br/festival-sertanejo> e Portal da Transparência.

CONCURSO CULTURAL 11º FESTIVAL DE MÚSICA DA JUVENTUDE – 2024
Para "Edital de Chamamento Público de Concurso Cultural - 11º Festival de Música da Juventude, conforme edital, decreto e leis em anexo" com inscrições abertas de 28/06/2024 até dia 11/08/2024 disponíveis no endereço eletrônico da Prefeitura de Pindamonhangaba – <https://pindamonhangaba.sp.gov.br/festival-da-juventude> e Portal da Transparência.

STF define 40 gramas de maconha como critério para diferenciar usuário de traficante

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) definiu, quarta-feira (26), a tese de repercussão geral do julgamento que descriminalizou o porte de maconha para consumo pessoal. Por maioria, o colegiado definiu que será presumido usuário quem adquirir, guardar, depositar ou transportar até 40 gramas de cannabis sativa ou seis plantas fêmeas.

Ao avaliar o Recurso Extraordinário (RE) 635659, a maioria da Corte entendeu que o porte de maconha não é crime e deve ser caracterizado como infração administrativa, sem consequências penais. Assim, fica afastado, por exemplo, o registro na ficha de antecedentes criminais do usuário. As sanções, nesse caso, seriam advertência sobre os efeitos da maconha e comparecimento a programa ou curso educativo (incisos I e III do artigo 28 da Lei de Drogas) e aplicadas em procedimento não penal.

Presunção relativa - Ao longo da deliberação, os ministros frisaram que a quantidade de 40 gramas ou seis plantas fêmeas é relativa. A polícia está autorizada a apreender a droga e conduzir a pessoa à delegacia, mesmo por quantidades inferiores a esse limite, principalmente quando houver outros elementos que indiquem possível tráfico de drogas, como embalagem da droga, variedade de substâncias apreendidas, ba-



Ao fixar tese, Plenário decidiu que a substância pode ser apreendida, e o usuário poderá sofrer sanções de advertência e cumprimento de medidas educativas.

lanças e registros de operações comerciais.

Nesse cenário, o delegado de polícia deverá justificar minuciosamente as razões para afastar a presunção de porte para uso pessoal e não poderá se remeter a critérios arbitrários, sob pena de responsabilização.

O juiz responsável pelo caso também poderá, em casos de apreensão de quantias superiores a 40 gramas, afastar o enquadramento como crime, caso haja provas suficientes da condição de usuário da pessoa.

Apelo - Os ministros também determinaram que o Conselho Nacional de Justiça, em articulação com o Executivo e o Legislativo, deve adotar medidas para o cumprimento da decisão, além de promover mutirões carcerários com a Defensoria Pública para apurar e corrigir prisões decretadas fora dos parâmetros determinados pelo Plenário.

O colegiado ainda fez um apelo pelo aprimoramento de políticas públicas para o tratamento aos dependentes de

drogas, com foco na não estagnação do usuário. “Ninguém no Supremo Tribunal Federal defende o uso de drogas. Pelo contrário, nós desincentivamos o uso de drogas. Drogas ilícitas são uma coisa ruim”, ressaltou o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF. “Estamos debatendo a melhor forma de enfrentar esse problema e minimizar suas consequências para a sociedade. E constatamos que a não fixação de uma quantidade distintiva tem sido uma má política pública”.

Presidente do STF diz que julgamento sobre porte de maconha não foi escolha do Supremo



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, afirmou, quarta-feira (26), que o julgamento do recurso sobre porte de maconha para consumo pessoal não foi uma escolha do Supremo. Ele explicou que o recurso chegou à Corte para

questionar uma condenação por porte de drogas com base em argumentos constitucionais, e, portanto, esse tipo de controvérsia é uma atribuição típica do STF. O caso concreto envolve um homem condenado à prestação de serviços à comunidade pelo porte de cerca de 3g de

maconha. Em entrevista concedida a jornalistas após a sessão plenária, o ministro destacou que a discussão no Tribunal foi sobre o tratamento jurídico a ser dado ao porte de maconha para consumo pessoal e o estabelecimento de um critério para diferenciar traficantes de usuários,

pois a Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) não estabeleceu parâmetros. “Não é o Supremo que escolhe decidir essa matéria, os recursos é que chegam aqui. As pessoas são presas e entram com habeas corpus aqui, e o Supremo não tinha como se furar a essa discussão”, disse.

Barroso salientou que diversas pesquisas demonstram que pessoas presas com drogas têm tratamento diferenciado dependendo de onde ocorreu a prisão, se em um bairro pobre ou rico. Dessa forma, foi necessário estabelecer um critério objetivo, válido para todos, de forma a enfrentar “uma discriminação perversa que havia na sociedade brasileira e que é indefensável”.

Segundo o ministro, o Supremo apenas interpretou o artigo da Lei de Drogas que trata o porte para consumo pessoal como um ato ilícito. Com a decisão, o STF, na linha do que o Congresso já havia feito ao afastar a pena de prisão para usuários, entendeu que também não cabe a prestação de serviços à comunidade, por ser considerada uma sanção penal.

Manual para jornalistas: Aner e STF trabalham em ações contra a desinformação

A Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) entregou, quarta-feira (26), ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, a primeira versão de um manual de perguntas e respostas que vai colaborar para que os jornalistas que cobrem pautas sobre a Corte possam entender melhor como funcionam os trâmites processuais. O manual foi criado pela Aner em parceria com as secretarias de Comunicação Social e de Relações com a Sociedade, do STF. O objetivo é ampliar a capacitação dos jornalistas, para que as matérias publicadas na imprensa traduzam a realidade dos ritos processuais e consigam levar ao público o que está acontecendo na Casa. “O país nunca precisou tanto de uma imprensa profissional, livre e independente. O melhor antídoto contra a desinformação, a mentira deliberada e os discursos de ódio é a informação correta, apurada

com profissionalismo e ética pelo jornalismo de qualidade”, diz o ministro, no prefácio do manual.

Manual estará em constante aprimoramento - A primeira versão do documento, que pretende ser uma obra em constante evolução, com o acréscimo de novas perguntas, foi entregue ao ministro Barroso pelo presidente da Aner, Rafael Soriano e pela diretora-executiva Regina Bucco, que coordenou o trabalho em parceria com o STF. “Para a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) é uma grande satisfação participar da criação deste projeto ao lado de uma instituição como o Supremo. Não só pela importância da Corte, mas pela conformidade de objetivos das duas instituições em avançar pela modernização de processos, por tornar mais claras as relações entre a sociedade, a imprensa e o poder público”, disse Rafael.

CNJ e Clínica de Negociação e Mediação da Universidade de Harvard capacitam juízes para mediação em conflitos fundiários coletivos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com a Clínica de Negociação e Mediação da Universidade de Harvard, vai auxiliar no treinamento e capacitação de juizes de todo o país que atuam na mediação de conflitos fundiários envolvendo grande contingente de pessoas e população vulnerável.

A equipe de Harvard vem trabalhando durante um ano em parceria com o CNJ, mapeando o conflito, entrevistando as partes interessadas, visitando ocupações fundiárias no Brasil, entrevistando centenas de juizes brasileiros e especialistas nacionais e internacionais na área de mediação. O resultado desse esforço foi a criação de um treinamento específico para juizes brasileiros que atuam como mediadores neste tipo de conflito.

Uma pequena parte deste treinamento será apresentado a juizes de todo o país dias 27

e 28 de junho, quando estarão reunidos em encontro nacional para discutir a mediação de disputas coletivas no setor fundiário.

São representantes das comissões criadas em todos os tribunais para aplicar a mediação neste tipo de conflitos. Nesta oficina, os juizes ouvirão vários palestrantes, incluindo representantes de comissões bem estabelecidas e de sucesso, nos estados do Paraná e Pará.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, disse que a iniciativa pode trazer resultados diretos no trabalho exercido pelos magistrados que lidam diretamente com a mediação fundiária. “Eu acho muito importante um programa, que está dando certo, contar agora com o apoio de uma importante universidade na área da capacitação”, afirmou o ministro.



2º CADERNO

TECNOLOGIA



SOC: ferramenta ajuda na segurança cibernética de empresas

Uma empresa tem seu sistema invadido, dados dos clientes são vazados e todas as atividades ficam paralisadas. Para ajudar a prevenir esse tipo de risco, a Brasiline Tecnologia possui uma solução de Security Operation Center (SOC), ou Centro de Operações de Segurança, em tradução ao português.

O SOC funciona como um posto de comando que centraliza o monitoramento e a resposta a incidentes de segurança cibernética, usando pessoas, processos e tecnologia para detectar e responder a ameaças. Como o próprio nome já diz, seu foco é proteger as operações da empresa.

Clerio Almeida, CEO da Brasiline, explica que o SOC é baseado em três pilares: estes atuam em conjunto para que tudo funcione de maneira adequada. O primeiro pi-

lar são as ferramentas (softwares, hardwares e infraestrutura). O segundo, a engenharia, representada por uma equipe multidisciplinar de pessoas. Por fim, há a metodologia, constituída por processos de padrão global bem definidos, padronizados e testados.

“A implementação de um SOC traz diversas melhorias para a companhia. Ele reduz riscos ao minimizar a probabilidade e impacto de violações de segurança, acelera o tempo de resposta a incidentes, diminuindo o tempo de inatividade e perdas financeiras, e garante a conformidade com normas de segurança e privacidade”, afirma Almeida.

Segundo o CEO, outra vantagem está na “abordagem proativa”. Isto é, a possibilidade de o SOC prever ameaças antes que elas causem danos significativos, fazendo com

que a empresa possa planejar ações e não precise lidar com as consequências de uma falha de segurança, por exemplo.

Dessa forma, uma vez em operação, o SOC da Brasiline é capaz de descobrir e controlar dispositivos não autorizados, identificar vulnerabilidades no sistema, fazer a caça proativa de ameaças e oferecer suporte em tempo real para qualquer dúvida.

Almeida explica ainda a importância da implementação dos playbooks, frequentemente denominados de ‘manuais de resposta a incidentes’.

“Trata-se de um conjunto sistematizado de respostas predefinidas, projetado para lidar com tipos específicos de eventos de segurança. Mesmo que as organizações possam enfrentar ataques semelhantes, é crucial entender que os playbooks não são idênticos para todos os clientes e projetos. Cada organização, com

suas especificidades e ferramentas, requer um manual personalizado”, diz.

Os playbooks, de forma geral, abrangem questões como detecção de intrusões, ataque de phishing (técnica de fraude eletrônica), resposta a malwares (software malicioso que provoca danos) e análise de logs (processo relacionado a dados gerados pelo sistema de tecnologia da informação).

Para Almeida, ter boas práticas de segurança cibernética não é um diferencial, mas, sim, um requisito indispensável para toda empresa, especialmente diante do dado de que o Brasil é o segundo país que mais sofre ataques hackers no mundo, de acordo com relatório da companhia NetScout. “O desenvolvimento de soluções corporativas em tecnologia da informação é essencial para proteger os dados das empresas contra ameaças do mundo virtual”, conclui o especialista.



Conheça 8 inteligências artificiais indispensáveis para fintechs

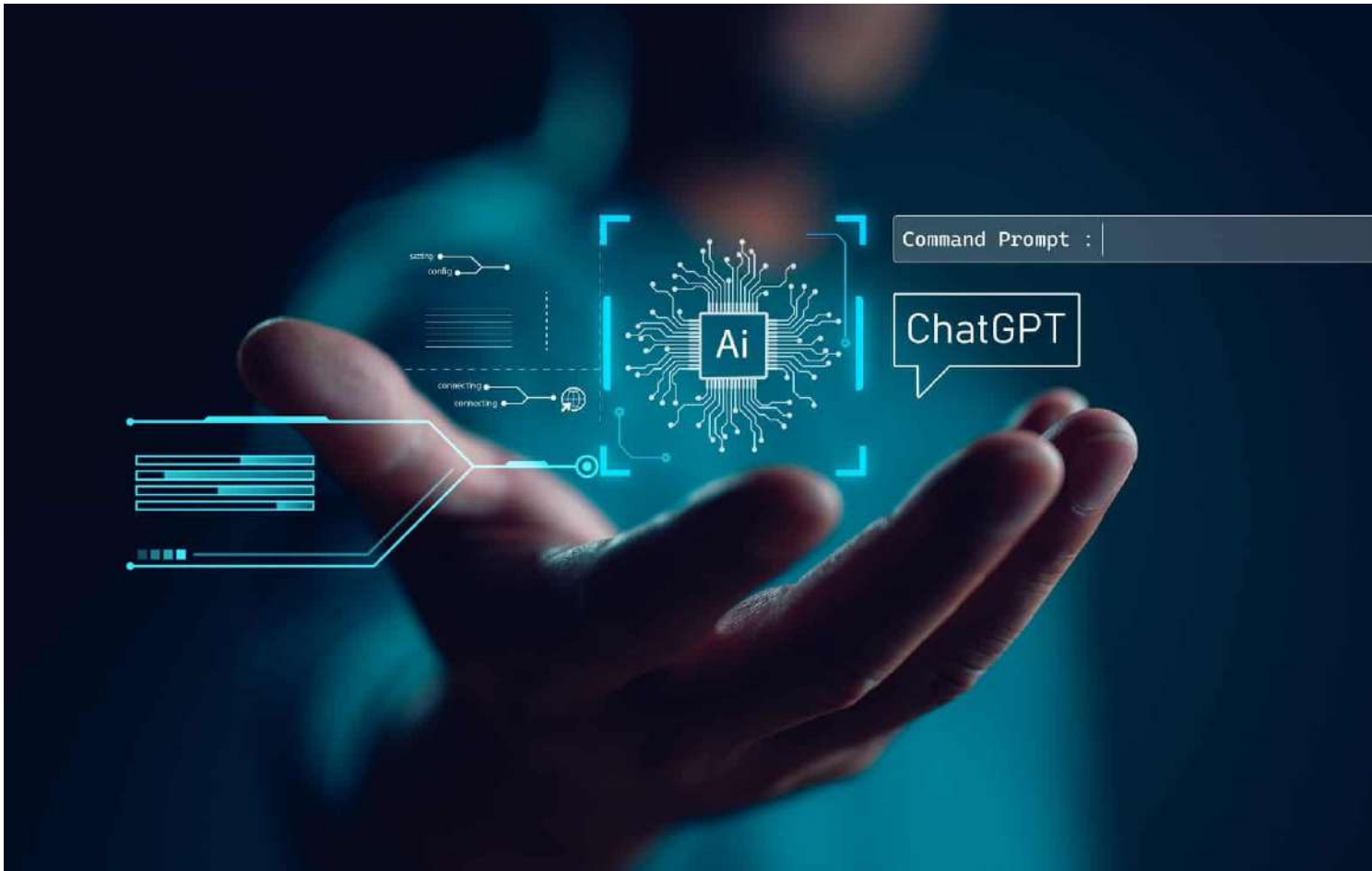
— Especialistas da Alura destacam como a IA tem revolucionado o mercado financeiro e estimulado a inovação nas fintechs brasileiras

Impulsionado pela crescente demanda por serviços financeiros digitais e pela adoção contínua de tecnologias disruptivas, o número de fintechs tem crescido consideravelmente nos últimos anos. Não à toa, esse mercado já soma cerca de 1.500 bancos digitais e mais de 250 milhões de contas abertas no Brasil, além de gerar mais de 100 mil empregos no setor, de acordo com dados da Associação Brasileira de Fintechs (AB-FIntechs).

Além dos especialistas no mercado financeiro, as fintechs contam ainda com diversos profissionais da área de tecnologia, como aqueles que atuam com engenharia de software, finanças, customer success (sucesso do cliente), gestão de negócios e, até mesmo, com compliance.

Segundo Fabrício Carraro, Program Manager da Alura, maior ecossistema de educação em tecnologia, esse contexto dinâmico das fintechs exige que as empresas promovam uma maior inovação para atrair a atenção dos clientes e driblar a concorrência. “A inteligência artificial (IA) surge como uma ferramenta fundamental para as fintechs que buscam se destacar em seu segmento, oferecendo serviços de forma personalizada e ainda mais inovadora. A integração com a IA irá elevar essa capacidade ao próximo nível”, diz.

Para ajudar as empresas do setor a alcançarem esse objeti-



vo, listamos 8 áreas em que a inteligência artificial pode beneficiar o mercado financeiro. Confira:

1. Detecção de Fraudes: Sistemas de IA podem analisar padrões de transações e comportamentos dos usuários para identificar atividades suspeitas e prevenir fraudes.

2. Avaliação de Risco de

Crédito: Algoritmos de IA podem analisar dados financeiros e não financeiros para avaliar o risco de crédito de indivíduos ou empresas, ajudando a automatizar o processo de concessão de empréstimos.

3. Assistência ao Cliente: Chatbots alimentados por IA podem fornecer suporte ao cliente 24 horas por dia, 7 dias

por semana, respondendo a perguntas comuns, solucionando problemas e até mesmo realizando transações simples.

4. Personalização de Ofertas: Sistemas de recomendação baseados em IA podem analisar o comportamento do usuário e seus dados financeiros para oferecer produtos e serviços personalizados, como sugestões

de investimento ou ofertas de crédito.

5. Análise de Sentimento do Mercado: Algoritmos de IA podem analisar grandes volumes de dados de mídia social, notícias e outros canais para entender o sentimento do mercado e prever tendências financeiras.

6. Gestão de Risco: Modelos de IA podem ajudar a identi-

ficar e mitigar riscos financeiros, como risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional, permitindo uma gestão mais eficaz dos ativos da fintech.

7. Automação de Processos: IA pode ser usada para automatizar uma variedade de processos, desde a abertura de contas até a reconciliação de transações, reduzindo custos operacionais e melhorando a eficiência. A Automação Robótica de Processos (RPA), por exemplo, é uma ferramenta estratégica para processos de backoffice financeiro como faturamento, tesouraria e até contabilidade.

8. Análise Preditiva: Modelos de IA podem ser usados para prever o comportamento futuro dos mercados financeiros, o que pode ajudar as fintechs a tomar decisões de investimento mais informadas.

Olhando para cada uma dessas tecnologias, Bruno Klassmann, CFO da Alura, conclui: “As ferramentas de automação e IA têm o poder de impulsionar todas as fases do desenvolvimento empresarial. Podendo ser aplicadas em diversos setores do negócio, esses recursos têm o potencial para transformar o mercado financeiro não só no sentido de eficiência, mas também de forma que as fintechs ofereçam experiências incomparáveis aos clientes e soluções financeiras únicas em uma velocidade sem precedentes”, finaliza.

TECNOLOGIA

Avanço da fonte solar coloca o Brasil como o terceiro maior mercado mundial da tecnologia fotovoltaica, diz ABSOLAR

Segundo relatório “Global Market Outlook For Solar Power 2024 – 2028”, realizado pela SolarPower Europe com participação da ABSOLAR, País adicionou 15,4 gigawatts de potência pico em 2023, ficando atrás apenas da China e dos Estados Unidos



Segundo apuração da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), no recente relatório “Global Market Outlook For Solar Power 2024 – 2028”, elaborado pela SolarPower Europe, o Brasil figurou como o terceiro maior mercado mundial de energia solar no último ano, ficando atrás apenas da China e dos Estados Unidos (veja ranking abaixo).

Segundo o balanço inédito, divulgado esta semana na Intersolar Europe, em Munique, na Alemanha, e que contou com participação direta da ABSOLAR na construção do conteúdo, o Brasil adicionou, em 2023, 15,4 gigawatts (GW) de potência pico da fonte solar fotovoltaica, representando cerca de 4% de todo o mercado mundial no período.

Os dados consideram a somatória das grandes usinas solares e dos sistemas de geração própria solar de pequeno e médio portes, em telhados e fachadas de edifícios e em pequenos terrenos, com base na potência total adicionada ao longo de 2023.

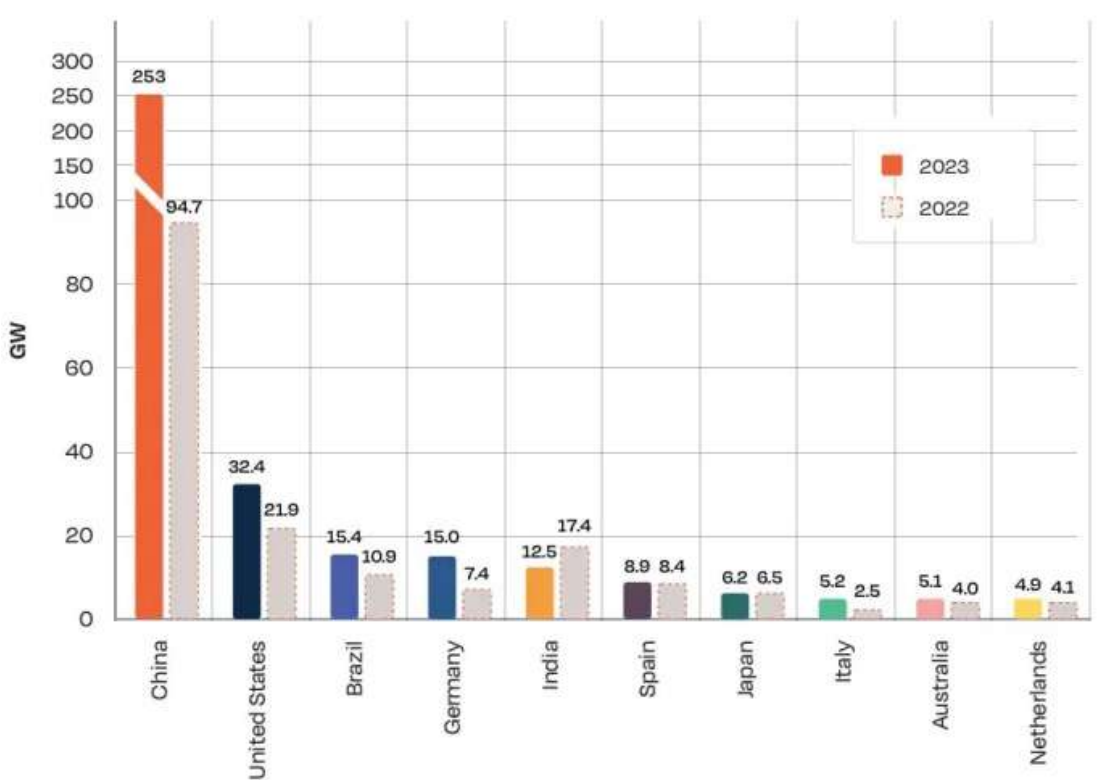
O estudo da SolarPower Europe está

padronizado para a unidade de potência pico (GWp) e não a potência nominal instalada (GWac), que é o modelo mais utilizado nos dados divulgados publicamente pelos órgãos oficiais brasileiros. Segundo balanço da ABSOLAR, no ano passado, foram adicionados cerca de 12 GWac da fonte solar, que representam os 15,4 GWp descritos no relatório da entidade europeia.

De acordo com a ABSOLAR, a expansão da tecnologia fotovoltaica no território brasileiro coloca o País em posição de destaque na geopolítica global de transição energética. Atualmente, a fonte solar é a segunda maior na matriz elétrica nacional, com 43 GW em operação no Brasil, responsáveis por mais de R\$ 202 bilhões em novos investimentos, que geraram mais de 1,3 milhão de empregos verdes acumulados no País desde 2012. No momento, a participação da fonte solar equivale a 18,2% da matriz elétrica nacional.

Ranking mundial da fonte solar fotovoltaica

Para o CEO da ABSOLAR, Rodrigo Sauaia, a solar fotovoltaica é atualmente a fonte mais competitiva do País, sen-



do uma forte propulsora do desenvolvimento social, econômico e ambiental. “O crescimento acelerado da energia solar é tendência mundial e o avanço brasileiro nesta área é destaque internacional. “O Brasil possui um dos melhores recursos solares do planeta e assume cada vez mais protagonismo neste processo de transição energética e combate ao aquecimento global”, explica.

O presidente do Conselho de Administração da ABSOLAR, Ronaldo Ko-

loszuk, ressalta que, além de ser uma fonte competitiva e limpa, a maior inserção da energia solar é fundamental para o País reforçar a sua economia e impulsionar a sustentabilidade no Brasil e no mundo.

“A fonte solar é um verdadeiro motor de desenvolvimento sustentável, que atrai capital, traz divisas, gera grandes oportunidades de negócios, cria novos empregos verdes e amplia a renda dos cidadãos”, aponta.

Google quer criar chatbots de IA que imitam celebridades

O Google está construindo uma inteligência artificial (IA) para conversar com usuários como se fosse uma celebridade. O projeto, que deve usar o modelo de linguagem do Gemini, foi divulgado pelo site The Information na última segunda-feira, 24, e pode ser mais uma das IAs que querem aproximar fãs de artistas por meio da tecnologia.

Segundo o The Information, o Google ainda não teria definido quais celebridades poderiam participar do projeto, mas a ideia central é que o recurso funcione como um chatbot para interagir com usuários. Um grupo de 10 pessoas liderado por Ryan Germick, da equipe de Google Doodles, estaria desenvolvendo a ferramenta, de acordo com o site.

Empresas como a Character.AI e a própria Meta,

de Mark Zuckerberg, já oferecem serviços em que os usuários podem fingir estar conversando com celebridades do mundo real. Na Character AI, empresa cofundada pelo brasileiro Daniel de Freitas, personalidades como Winston Churchill, Billie Eilish, Elon Musk, Tony Stark ou Sócrates podem ser responder perguntas do público, em uma brincadeira que faz o chatbot incorporar o estilo de cada artista nos textos e nas informações.

Já na Meta, a interação é um pouco mais sutil. A empresa fez parcerias com personalidades como Snoopy Dogg, Charli D’Amelio, Naomi Osaka, Tom Brady e Paris Hilton para que eles dessem vida a um personagem fictício. Esses personagens, baseado em características dos artistas - e com uma ajudinha dos próprios para desenvolver



um tipo de comunicação - é que conversam com os usuários pelo WhatsApp. A ferramenta, porém, ainda não está disponível no Brasil.

Agora, o Google quer

entrar na mesma onda para ajudar a popularizar sua IA que já tem usos semelhantes ao ChatGPT, da OpenAI. O Gemini é integrado, atualmente, nas buscas e em serviços da gi-

gante das pesquisas, como Google Docs, Planilhas e Gmail, além de ter uma plataforma própria para o chatbot.

Ainda, de acordo com o The Information, o recurso

é, por enquanto, um experimento da divisão de Labs da empresa, o que significa que a ferramenta pode ou não vir a público, já que está em caráter experimental.



LANÇAMENTOS/LIVROS

A Feira do Livro volta ao Pacaembu com mais dias, mais palcos e mais autores

— O festival literário paulistano leva bibliodiversidade para a praça Charles Miller durante nove dias, entre 29 de junho e 7 de julho, com editoras, livrarias e atividades sobre leitura e escrita

A terceira edição do festival literário de rua A Feira do Livro começa no sábado, 29 de junho, e vai até o domingo, 7 de julho, com novidades no formato e na programação: mais dias, mais palcos e mais autores convidados.

O propósito segue o mesmo: ocupar o espaço público — uma área de 15 mil metros quadrados, normalmente usada como estacionamento — com livros, autores, leitores e atividades ligadas ao livro e à leitura. A programação oficial inclui destaques da literatura, das artes e do pensamento, brasileiros e internacionais, em bate-papos gratuitos, que serão compartilhados posteriormente no canal do festival literário paulistano do YouTube.

A realização é da Associação Quatro Cinco Um, organização sem fins lucrativos voltada para a difusão do livro no país, da Maré Produções, empresa especializada em exposições e feiras culturais, e do Ministério da Cultura, por meio da Lei de Incentivo à Cultura. O patrocínio é do Instituto CCR, do Itaú Unibanco e Rede, também por meio da Lei de Incentivo à Cultura, da TV Brasil e da Rádio Nacional de São Paulo.

Durante os nove dias do festival literário paulistano, que acontece na praça Charles Miller, em São Paulo, cerca de 150 expositores — editoras, livrarias, instituições ligadas ao livro e à leitura — vão levar a sua produção para a praça pública. Oficinas sobre a cultura do livro, programações especiais para professores e doação de livros para bibliotecas escolares e comunitárias também integram a programação oficial. A praça Charles Miller fica em frente à Mercado Livre Arena Pacaembu, patrimônio histórico que já recebeu clássicos do futebol e grandes manifestações populares.

Ao passar de cinco para nove dias de duração, A Feira do Livro terá dois fins de semana inteiros de atividades. Ao longos ds cinco dias úteis de Feira do Livro, de 1º a 5 de julho — que coincidem com a primeira semana de férias nas escolas particulares e com a última semana de aulas na rede pública de São Paulo —, além dos debates com autores de temas variados haverá programações especiais sobre livro, leitura e bibliotecas e debates voltados para a educação.

Além de mais dias, A Feira do Livro terá três novos palcos, onde vão funcionar os Tablados

Literários — espaços menores, para debates e sessões de autógrafos programados pelos expositores. Eles vão ficar espalhados pela praça, inaugurando a programação paralela do festival literário paulistano.

A arquitetura d'A Feira do Livro, com direção do arquiteto Álvaro Razuk, da Maré Produções, é composta ainda por tendas onde editoras, livrarias e instituições ligadas ao livro e à leitura expõem a sua produção e promovem o contato do público com autores, editores e outros profissionais do livro. Uma área de alimentação reúne restaurantes paulistanos de diferentes perfis.

Programação oficial

Os autores da programação oficial vão se apresentar em dois palcos maiores, ambos com acesso totalmente liberado — o Auditório Armando Nogueira, no Museu do Futebol, parceiro d'A Feira do Livro, e o Palco da Praça, montado no meio da rua.

Os cerca de 150 convidados vão participar de conversas sobre uma extensa gama de temas: literatura, língua portuguesa,

Brasília, Santa Catarina, Ceará, Paraná, Roraima, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais. Os consagrados Ivan Angelo, Reinaldo Moraes e Maria Adelaide Amaral são destaques da programação de ficção.

Stênio Gardel, vencedor do National Book Award nos Estados Unidos, está no primeiro dia do festival literário. Tatiana Salem Levy, José Henrique Bortoluci, Adelaide Ivánova, Grego-

temporada do Clube do Livro Eldorado, conduzido por Roberto Martinelli.

Os autores paulistanos também têm forte presença na programação do festival, com representantes das múltiplas cenas literárias da cidade: os romancistas Marcelo Rubens Paiva, Lília Guerra, Reinaldo Moraes e Natalia Timerman, a contista Lara Biderman, a crítica literária Eliane Robert Moraes, os poetas

Razuk para conceber o espaço instagramável d'A Feira do Livro, onde o público poderá posar para selfies.

Uma mesa com autores gaúchos, mediada por Titi Müller, fará uma homenagem a Porto Alegre, cidade-sede de uma feira literária que é inspiração para a criação de sua irmã paulistana e que desde maio sofre com os efeitos das enchentes. A Feira do Livro também promove, em correalização com a Redelê, que reúne professores de todo o país, uma ação de doação de livros para recompor acervos de bibliotecas comunitárias e escolares do Rio Grande do Sul.

Mesas de não ficção de temas variados trazem um panorama eclético da produção editorial recente: diplomacia, com Rubens Ricupero, que lança suas memórias n'A Feira do Livro, o sambista Martinho da Vila, que tem um novo livro autobiográfico, o linguista Marcos Bagno, o matemático Marcelo Viana e o psicanalista Christian Dunker.

A história é outro núcleo forte: mesas sobre os 60 anos do golpe militar de 1964, a diáspora negra no Atlântico, a escravidão nas Américas, a vida do abolicionista André Rebouças, a história da Europa, o século 20, as origens da raça humana nas Américas, a história da língua portuguesa e até mesmo a história da matemática.

A antiguana Jamaica Kincaid é um dos principais destaques na programação do festival literário paulistano. Entre os autores internacionais, a curadora põe A Feira do Livro em forte diálogo com o debate literário argentino: Camila Sosa Villada, Betina González, Claudia Piñeiro, Michel Nieva e Camila Fabbri.

O historiador e deputado português Rui Tavares faz a

necessária ponte com Portugal. Dos Estados Unidos vêm o historiador Henry Louis Gates Jr., o historiador James Green, ativista dos direitos LGBTQ+, e o romancista Jabari Asim.

Programação especial

Durante a semana, de 1º a 5 de julho, A Feira do Livro traz uma programação especial voltada para professores e educadores. Com o título Praça de Aula, sempre às 15h, essa faixa apresenta debates sobre racismo e antirracismo nas escolas, crise climática e racismo ambiental, saberes indígenas e quilombolas na sala de aula, a história do Brasil e da língua portuguesa. Também nos dias de semana, às 16h30, será realizado um Seminário sobre Livros, Leitura, Literatura e Bibliotecas, com curadoria de Dianne Melo e Patricia Auerbach.

A curadoria do festival é feita pela equipe da Associação Quatro Cinco Um, sob coordenação do diretor-geral Paulo Werneck, a partir de sugestões dos expositores e de interlocutores d'A Feira do Livro. Os colunistas da revista Quatro Cinco Um Renan Quinalha (Livros e Livres), Juliana Borges (Perspectiva Ameericana), Paulo Roberto Pires (Crítica Cultural) e Fernando Luna (The Emoji Review) fazem a mediação e a curadoria de mesas ligadas a seus temas de interesse.

Serviço

A Feira do Livro

Data: de 29 de junho a 7 de julho de 2024

Horários:

29 e 30 de junho – 10h às 21h

De 1 a 5 de julho - 12h às 21h

6 de julho – 10h às 21h

7 de julho – 10h às 19h

Local: Praça Charles Miller – Pacaembu – São Paulo/SP

Entrada Gratuita

Prime Video Divulga Trailer Oficial da Série Animada Batman: Cruzado Encapuzado

— Todos os 10 episódios da animação de Bruce Timm, J. J. Abrams e Matt Reeve estreiam em 1º de agosto

O Prime Video divulga hoje o trailer e data de estreia de Batman: Cruzado Encapuzado, série de animação da Warner Bros. Animation, Bad Robot Productions, e 6th & Idaho. Batman: Cruzado Encapuzado será a mais recente adição à assinatura Amazon Prime. Membros Amazon Prime no Brasil desfrutam de economia, conveniência e entretenimento, tudo em uma única assinatura.

A série é estrelada por Hamish Linklater (Midnight Mass, The Big Short) como Batman/Bruce Wayne, Christina Ricci (Yellowjackets, The Lizzie Borden Chronicles) como Mulher-Gato/Selina Kyle, Jamie Chung (Stone Cold Fox, Junction) como Harley Quinn/Dr. Harleen

Quinzel e Diedrich Bader (Harley Quinn, Better Things) como Harvey Dent/Duas-Caras, além de um elenco repleto de estrelas, incluindo: Minnie Driver, McKenna Grace, Eric Morgan Stuart, Michelle C. Bonilla, Krystal Joy Brown, John DiMaggio, Paul Scheer, Reid Scott, Tom Kenny, Jason Watkins, Gary Anthony Williams, Dan Donohue, David Krumholtz, Haley Joel Osment e Toby Stephens.

Sobre Batman: Cruzado Encapuzado

Bem-vindo a Gotham City, onde os corruptos superam os bons, os criminosos correm desenfreados e os cidadãos que cumprem a lei vivem em um estado constante de medo. Forjado no fogo da tragédia, o rico

socialite Bruce Wayne se torna algo mais ou menos humano - o BATMAN. Sua cruzada individual atrai aliados inesperados dentro da GCPD e da prefeitura, mas suas ações heróicas geram ramificações mortais e imprevisíveis.

A série é uma reimaginação da mitologia do Batman através das lentes visionárias dos produtores executivos J.J. Abrams, Matt Reeves e Bruce Timm. Baseada nos personagens da DC, Batman: Cruzado Encapuzado é produzida pela Warner Bros. Animation, pela Bad Robot Productions de Abrams e pela 6th & Idaho de Reeves. Além de Abrams, Reeves e Timm, os produtores executivos de Batman: Cruzado Encapuzado

Sérgio Vaz e Mel Duarte.

Também estão convidados a cozinheira e escritora Rita Lobo, o professor de direito Renan Quinalha, o ex-jogador de futebol e comentarista esportivo Walter Casagrande, o ativista Rodrigo Hübner Mendes, o cantor e compositor Nando Reis (cuja conversa com Roberta Martinelli também será transmitida pela Rádio Eldorado FM), além da artista Lenora de Barros. Lenora participa de mesa realizada em parceria com a feira de arte ArPa e foi convidada pelo diretor de arte Álvaro



incluem Ed Brubaker, James Tucker, Daniel Pipski, Rachel Rusch Rich e Sam Register.



LANÇAMENTOS/LIVROS

A ‘literatura de cura’ incentiva debates e clubes do livro



Uma livraria, uma loja de conveniências, uma biblioteca, um estúdio de fotografias. Esses são alguns dos cenários que abrigam os livros da chamada “literatura de cura” (do inglês healing fiction), novo gênero literário que tem se destacado no mercado. Abordando narrativas reconfortantes e com enredos pouco complexos, os livros que compõem o gênero tem como objetivo tornar a leitura relaxante e reflexiva, abordando com leveza temas como empatia, cura e coragem.

Muitas vezes de origem asiática, as histórias exploram sentimentos por meio de mensagens e reflexões para quem busca por uma vida mais saudável e, apesar da temática não ser

inédita, os livros passaram a ser incorporados sob um mesmo gênero em grandes feiras literárias, facilitando os leitores a encontrarem os títulos cobiçados.

Com a discussão acerca de saúde mental das pessoas ganhando cada vez mais força, assim como maneiras de lidar com as próprias emoções, e com transtornos como depressão, ansiedade e fobia social, o gênero literário oferece jornadas que acalmam, promovendo um relaxamento e uma leveza muitas vezes necessários durante uma pausa em meio a agitação cotidiana, refletindo necessidades que muitos ainda não sabem suprir.

Sucesso nas redes sociais, especialmente entre as gerações mais jovens,

títulos da literatura de cura já podem ser facilmente encontrados em livrarias, ostentando artes de capa convidativas, que retratam o cenário cotidiano da história, tons quentes e elementos como plantas, janelas e gatos. Os temas também são recorrentes e ganham cada vez mais destaque nas redes sociais, ampliando a discussão literária como um todo e auxiliando no surgimento de rodas de conversa e clubes do livro que destacam autores além do eixo Estados Unidos-Europa, como é o caso do Clube da Prosa, iniciativa mensal da Biblioteca Mário de Andrade (BMA) em conjunto com a Companhia das Letras para incentivar a leitura de diferentes autores com diversidade de gêneros, etnias e nacionali-

dades, buscando por títulos disponíveis em bibliotecas públicas, facilitando o acesso dos participantes.

Outra instituição que promove discussões literárias é o Clube de Leitura JHSP + 451, promovido de forma online e gratuita pela Japan House São Paulo e pela revista literária Quatro Cinco Um a fim de ampliar o acesso dos brasileiros à literatura japonesa. A atividade comemorou sua 50ª edição em março de 2024, abrindo para discussão os temas em um dos títulos mais conhecidos da literatura de cura: “Meus dias na livraria Morisaki”, de Satoshi Yagisawa, que narra a vida de uma jovem que, em meio a uma depressão, recebe a oferta de trabalhar na antiga livraria de sua família

e que, ao longo da trama, encontra um amor na literatura e aprende a lidar melhor consigo mesma.

Entre os títulos mais conhecidos, também se destacam “A Biblioteca dos sonhos secretos”, de Michiko Aoyama, que narra cinco histórias que se entrelaçam em uma biblioteca de um centro comunitário, explorando os diferentes momentos da vida e o desejo de recomeçar; “Antes que o café esfrie”, por Toshikazu Kawaguchi, que conta sobre quatro pessoas que viajam no tempo a fim de consertar erros do passado, por meio de uma cadeira especial em um café, em uma jornada emocional sobre arrependimento e redenção; e “A lanterna das memórias perdidas”, por Sanaka Hii-

ragi, que aborda questões sobre a vida, o amor e as memórias ao contar sobre as visitas recebidas por um estúdio fotográfico que se revela o ponto de transição entre a vida e a morte - título que será discutido no próximo encontro do Clube de Leitura JHSP + 451, em junho.

Serviço:
Clube da prosa da BMA
Local: Sede da Biblioteca Mário de Andrade – R. da Consolação, 94, República - São Paulo/SP
Entrada livre gratuita mediante inscrição prévia no formulário
Clube de leitura Japan House São Paulo + Quatro Cinco Um
Evento online
Participação livre e gratuita mediante inscrição prévia no Sympla

Violleiro, compositor e contador de histórias lança disco sobre seu encontro com a mula sem cabeça em espetáculo no Museu Ema Klabin

Um grande caso musicado em que o autor narra seu encontro com uma mula sem cabeça no interior do Estado do Tocantins. Assim é A Mula, álbum do violleiro, compositor e contador de histórias Paulo Freire, que acaba de ser lançado nas plataformas digitais e será apresentado em espetáculo no dia 30 de junho, às 11 horas, no Museu Ema Klabin. Essa fantástica e curiosa fábula é vivida pelo próprio violleiro, seguindo a linha da “oratura”, ou seja, das narrativas inspiradas na tradição oral, como se fossem causos contados à beira de uma fogueira.

O álbum tem a participação especial do percussionista Adriano Busko, parceiro antigo de Paulo Freire que também se apresentará no show de lançamento no próximo dia 30 de junho na Casa Museu Ema Klabin, na capital paulista. Além de autor e executante – em prosa e viola! – desta intrigante história, o projeto tem a direção musical tam-

bém de Paulo Freire, e foi viabilizado pelo Programa de Ação Cultural (ProAC) do Estado de São Paulo, com a elaboração, gestão e coordenação geral do projeto de Gisella Gonçalves, da Borandá Produções.

A Mula chega após os lançamentos dos singles, e capítulos, Clarões da Madrugada, Olavo e Padre Armando e Zélia. É nesse universo que Paulo Freire trata de esmiuçar as verdades científicas que comprovam a existência de uma mula sem cabeça, seu surgimento e consequências. Ponteados de viola foram criados para este grande acontecimento, além de novas versões para outras músicas de Paulo Freire, como “Mosquitão” e “Dona Júdice”.

O violleiro, contador de histórias e escritor Paulo Freire segue se especializando na temática dos seres de nossa terra. Em 2020, criou o espetáculo Cunhado de Lobisomem, juntamente com o compositor e instrumentista Danilo Moraes. Autor de tri-



lhas sonoras, canções, romances, biografias, livros de causos, livros infantis e CDs de viola, Freire tem entre seus trabalhos mais recentes os CDs “Alto Grande” e “Pórva”, e o romance “Jurupari”.

Nascido em São Paulo, já morou no sertão do Urucua (MG) - região onde se passa a trama do romance “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa - onde aprendeu a tocar viola com Manoel de Oliveira e ou-

tros mestres, além de aprofundar-se nos costumes e lendas do sertão. Posteriormente viveu em Paris, ali estudou violão clássico, e atuou em grupos de música brasileira em vários países da Europa e na Argélia. Em 2015 e 2016, realizou 120 apresentações pelo projeto “Sonora Brasil”, do Departamento Nacional do SESC, por todos os estados brasileiros. Foi o curador da “Ocupação Inezita Barroso”, exposição sobre a

artista, realizada pelo Itaú Cultural, em São Paulo, 2017. Em 2018 gravou o CD “Viola Perfumosa”, um tributo à Inezita Barroso, com Ceumar e Lui Coimbra, pela Natura Musical. Das viagens pelo projeto Sonora Brasil nasceu o livro “Uma Aventura Violleira”.

SERVIÇO: SHOW DE LANÇAMENTO – A MULA
Data e horário: 30 de junho, às 11 horas

Local: Casa Museu Ema Klabin – Rua Portugal, 43 – Jardim Europa – São Paulo – SP
Entrada Gratuita
Faixas
1) Clarões na Madrugada (Paulo Freire)
2) Olavo (Paulo Freire)
3) Padre Armando e Zélia (Paulo Freire)
4) A Hóstia e a Bola de Fogo (Paulo Freire)
5) Coice (Paulo Freire)
6) A Cruz na Sexta-feira da Paixão (Paulo Freire)